

ACTA N°2/2011

Aprovada em 22/6/2011

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E
ONZE**

No dia dois de Março de dois mil e onze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 - Contracção de empréstimo de MLP, pelo montante de 5,3 milhões de euros para financiamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco;

Ponto 3 - 1ª Revisão ao Orçamento para 2011;

Ponto 4 - Concurso público para aquisição de serviços de limpeza interior e lavagem exterior das viaturas de transporte público de passageiros - SMTUC - despesa plurianual;

Ponto 5 - 3ª Alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra;

Ponto 6 - REOT 2008 - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território;

Ponto 7 - Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho" - alteração ao Regulamento;

Ponto 8 - European Portugal - cessação da participação da CMC;

Ponto 9 - ACMMM-Agência os Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - alteração de nome;

Ponto 10 - Atribuição Medalha de ouro da Cidade ao Jardim Escola João de Deus;

Ponto 11- Conselho Municipal de Segurança:

-Alteração do Regulamento;

-Eleição nos termos do artº4º do Regulamento Provisório de: -seis Presidentes de Junta; -um representante indicado por cada grupo municipal; -cidadãos de reconhecida idoneidade.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Galdes da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito

Fernandes Vítor, Joana Margarida Alves Martins, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos e Paulo Luís Cunha de Almeida.

Presidentes de Junta: Ana Maria Simões Lapa Fachada, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Manuel Mateus da Cruz Pimenta, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Faltou justificadamente o deputado Fernando Jorge Soares Ferreira Neves.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Helena Maria de Oliveira Freitas, Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, André Gonçalo Dias Pereira e Ana Paula Pinto Bravo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Faltaram justificadamente os deputados José Manuel Gonçalves da Silva, António José Costa Sequeira e Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, João Gilberto Matos Orvalho, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, pelo período de 5 dias com início a 28 de Fevereiro.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS-PP), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Fernando Jorge Soares Ferreira Neves**.

-Deputada municipal Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, pelo período de 5 dias com início a 28 de Fevereiro.

-Deputada municipal Milene Catarina Pereira Cunha, pelo período de 3 dias com início a 27 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **André Gonçalo Dias Pereira e Ana Paula Pinto Bravo**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Tesoureiro do Executivo da Junta – **Ana Maria Simões Lapa Fachada**, nos termos do mesmo diploma.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Sé Nova, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **Manuel da Cruz Pimenta**, nos termos do mesmo diploma.

Período Antes da Ordem do Dia:**Intervenção Presidente da Assembleia:**

Tendo sido apresentado o pedido de renúncia de mandato da deputada Helena Freitas pelo facto de ter sido empossada a Vice Reitora, o Presidente da Assembleia Municipal ao iniciar a sessão proferiu algumas palavras lisonjeosas à Prof. Dra. Helena Freitas.

A Assembleia Municipal aplaudiu a nomeação da Prof. Dra. Helena Freitas como Vice reitora da Universidade de Coimbra.

Do mesmo modo o Presidente da Assembleia congratulou-se pela posse do novo Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Dr. João Gabriel Silva, salientando que no discurso da sua posse mencionou bem que vai ter uma articulação o melhor possível com a Câmara Municipal de Coimbra.

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

A CDU tem conhecimento do envio, a 10 de Fevereiro de 2011, por parte das entidades promotoras do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, de um ofício dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que o mesmo fosse presente a esta Assembleia, para conhecimento e subscrição do mesmo.

Questionamos pois o Senhor Presidente da Assembleia sobre se vai promover aqui a votação da subscrição do manifesto e, se assim não for, desde já nos prontificamos para o fazer entrar na mesa um Requerimento com a respectiva proposta de que a Assembleia aprove a sua subscrição e dela dê conhecimento às entidades que promovem o Manifesto.

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu para dizer que realmente não lhe foi dirigido nada. Apenas diz Presidente da Assembleia Municipal, não diz que se é de Coimbra ou das outras 308 assembleias, e portanto uma coisa que não lhe é dirigida não deve tomar iniciativa, quem deve tomar iniciativa são os deputados, não é uma coisa pelo correio que nem sequer vem dirigida a si. Disse.

A deputada Isabel Margarida retomou a sua intervenção:

"Este documento é ponto de partida, como se constata pelo seu texto, para um sobressalto urgente na nossa sociedade. O brutal desinvestimento previsto para a área da Educação, com cortes orçamentais que ascendem a mais de oitocentos milhões de euros aos quais hão-de acrescentar-se ainda reduções por via das autarquias, lança nuvens muito negras sobre as escolas, incluindo as do nosso concelho. Verdadeiramente, é a Escola Pública que corre risco de morte ou, pelo menos, corre o risco de entrar em coma profundo se não forem corrigidas as opções pelo desinvestimento que estão em marcha. Os cortes são violentíssimos e vão dos que limitam os já magros orçamentos com que hoje funcionam as escolas, a alterações curriculares desenhadas em nome das finanças e não de qualquer racionalidade pedagógica, chegando ao projecto central de retirar às escolas dezenas de milhar de professores através de medidas que, artificialmente, eliminam horários, fazendo de conta que, afinal, os professores nem são lá precisos... E quem fala em professores, pode falar noutros trabalhadores essenciais nas escolas. Não podemos deixar que isto aconteça! Devemos reagir e influenciar a tempo!

Pena temos que o poder político não queira encontrar outros cortes a fazer, sem comprometer o acesso ao direito à educação e o papel que o Estado nele tem e sem atentar grosseiramente contra a capacidade de resposta e a qualidade do trabalho que será possível nas nossas escolas. Pena temos que o poder político continue a não considerar outros caminhos, como ainda há poucos dias se viu com o anúncio de que os quatro maiores bancos privados mantiveram, em 2010, lucros diários de

quase 4 milhões de euros mas pagaram menos 54,9% de impostos do que no ano anterior...

Mas estas coisas não vão lá com a pena e o desencanto que nos dão as opções que estão a ser seguidas... E por isto nos parece de grande importância a iniciativa deste MANIFESTO, levada a cabo por diferentes organizações, desde sindicatos de professores, da maior federação ao mais pequeno destes sindicatos, confederações de pais, associações de estudantes, pessoal não docente, incluindo auxiliares de acção educativa, funcionários administrativos, inspectores, psicólogos... Pensamos que é útil e desejável alargar na nossa sociedade a preocupação com estes assuntos e a exigência de defesa da Escola Pública. Daí que, as mesmas entidades que promovem o Manifesto, preparam para 2 de Abril uma Marcha pela Qualidade da Educação e em Defesa da Escola Pública. É toda a comunidade educativa unida em torno destas causas.

Apelamos, pois, que esta Assembleia Municipal, que se junte às muitas que já o fizeram e subscreva também o documento, votando favoravelmente tal subscrição e dela dando conhecimento às entidades promotoras.

Termino retomando a questão colocada no início ou seja, se o Senhor Presidente, promove a votação ou se a CDU formaliza o pedido via Requerimento. Realmente temos aqui um pedido requerimento no qual vamos fazê-lo.

Na sequência do assunto que estava a falar e uma vez que o manifesto já foi distribuído e tem sido presente a todas as Assembleia Municipais dos diversos concelhos, acho que a Assembleia Municipal de Coimbra não poderia ficar de fora desta questão. Vou ler o manifesto que já foi entregue a esta Assembleia:

REQUERIMENTO

A CDU requer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

- 1 - Que seja dado conhecimento aos participantes nesta reunião do teor do MANIFESTO “INVESTIR NA EDUCAÇÃO, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!”.
- 2 - Que seja posta à votação a subscrição do documento em causa em nome desta Assembleia.
- 3 - Caso seja votado favoravelmente a subscrição, que o Senhor Presidente da Assembleia disso informe as entidades promotoras durante a próxima semana.

Manifesto

INVESTIR NA EDUCAÇÃO DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de 803 Milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem — humanos, físicos, materiais, financeiros — e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas

escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos!

É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”

Outro assunto e dirigido especificamente ao senhor vereador da Educação da Câmara de Coimbra.

Assistentes Operacionais na Componente de Apoio à Família nos Jardins-de-infância da Rede Pública

A CDU vem hoje aqui denunciar uma situação grave que se prende com o número de Assistentes Operacionais colocadas nos Jardins-de-infância da rede pública com funções na Componente de Apoio à Família.

Uma das vertentes da CAF é o acompanhamento das crianças dos Jardins-de-infância pós horário lectivo. Tal significa que das 15h /1 5.30h às 18h /18.30h, os alunos que frequentam a educação pré-escolar nos Jardins-de-infância da rede pública estão ocupados, com actividades de animação sócio-educativa que, no caso da Câmara de Coimbra, mais não é do que estarem ocupados e acompanhados, uma vez que a autarquia nunca apostou, para esta vertente, na contratação de técnicos — animadores sócio-culturais.

Se isto só por si já representa uma desvalorização desta área, uma vez que fica mais barato recrutar Assistentes Operacionais que, por muito boa vontade e dedicação, não têm formação que lhes permita ir mais além do que manter as crianças ‘entretidas” mais grave ainda é que nesse espaço de tempo existe apenas 1 Assistente Operacional para um grupo de crianças. Grupo que em média ronda as 20 crianças havendo excepções quer para um número inferior quer para o limite máximo, ou seja, 25 crianças. Tal significa que 1 único adulto serve o lanche às crianças, acompanha a sua higiene pessoal e após as 18h ou 18.30h, tem 30m para limpar o espaço/sala da CAF.

Senhor Vereador estamos perante uma resposta social que de qualidade pouco tem e de segurança é um risco diário...Não é uma situação recente. Este é já o 3 ano lectivo em que tal situação se verifica nos Jardins-de-infância de lugar único do concelho de Coimbra. Sabemos que não é por falta de alertas quer dos pais, quer dos educadores de infância, quer mesmo dos Agrupamentos de Escola.

Estamos à espera de quê? Que aconteça um acidente? E aí que opção tem o único adulto perante a situação? Chama os pais? O INEM? Vai com a criança e deixa as outras?

A CDU entende que estamos perante um situação grave e preocupante que exige uma resolução imediata. Sabemos que o atraso que ano após ano se verifica na colocação deste pessoal, no início do ano lectivo, em alguns Jardins-de-infância, decorre da não aceitação por parte de alguns candidatos. Algo não está decerto a correr conforme o previsto.

Para uma melhor clarificação de toda esta situação, a CDU vai entregar hoje, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um requerimento, para ser entregue ao

Senhor Vereador da Educação, com um conjunto de questões que pretendemos ver esclarecidas no que respeita à forma de recrutamento de Assistentes Operacionais para o exercício destas funções.

REQUERIMENTO

Exmº Sr. Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Coimbra
A CDU vem por este meio solicitar resposta a um conjunto de questões relativas ao Recrutamento e Contratação de Assistentes Operacionais para o exercício de funções na Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância da rede pública do Ministério da Educação.

- 1 - Quando ocorreu o último concurso para recrutamento de Assistentes Operacionais?
 - 2 - Quantos candidatos concorreram?
 - 3 - Quantos foram recrutados?
 - 4 - Quais as condições de contratação (vinculo laboral) e qual o vencimento mensal correspondente?
 - 5 - Decorrente do concurso existe alguma Bolsa de Recrutamento para colmatar ausências temporárias ou definitivas?
- Aguardamos resposta a este Requerimento.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Um dos problemas que mais nos preocupa na cidade de Coimbra é, sem sombra de dúvida, a desertificação, abandono e profunda degradação do seu centro histórico, em especial a zona da Baixinha. Esta é uma situação com profundíssimas implicações, não só do ponto de vista urbanístico e da qualidade de vida dos munícipes, como também do ponto de vista das vivências e dinâmicas socioeconómicas.

Recorrentemente temos vindo a assistir a autênticos gritos de desespero por parte dos comerciantes da Baixa, que clamam por programas de intervenção do município que ajudem a inverter a situação de contínuo definhamento, crise e abandono da actividade comercial. Com efeito, nos últimos anos, dos cerca de 600 estabelecimentos comerciais existentes nesta zona da cidade, mais de 50 encerraram as suas portas.

Para esta situação em muito terá contribuído a política seguida pelo executivo municipal nos últimos anos. Que, na ausência de uma visão estratégica para o desenvolvimento sustentável da cidade, quer em termos económicos, quer em termos de planeamento e regeneração urbanística, privilegiou e favoreceu a instalação de grandes superfícies comerciais, alienando e canibalizando espaços públicos, sem que se descortine qualquer critério de ordenamento de cidades e de espaços comerciais. Criaram-se novas centralidades, sem cuidar da necessária e imprescindível regeneração e requalificação dos centros históricos, que têm vindo a ser paulatinamente esvaziados de habitantes e de, conseqüentemente, actividades e dinâmicas socioeconómicas.

Esta é uma situação que decorre, em primeiro plano, de políticas de ordenamento do território, mobilidade e transportes, e planeamento urbano profundamente erradas e, ao que tudo indica, continuam a comandar o exercício do poder local na

cidade. Em lugar de promover de forma séria e robusta a regeneração do miolo urbano do seu centro histórico, nomeadamente, e de forma mais urgente a Baixinha, continua a favorecer-se a expansão da cidade em mancha de óleo para as suas periferias, agravando os problemas de mobilidade e transportes, de qualidade de vida e sustentabilidade urbana. Para que se perceba melhor a situação, refira-se que na Europa, em termos médios, a actividade de construção ligada à reabilitação e regeneração urbanas, ronda os 40%, relativamente às novas construções, ao passo que em Portugal, esta percentagem não chega sequer aos 5%. De onde resulta uma óbvia distorção do mercado com reflexos profundamente negativos, no mercado de arrendamento e, conseqüentemente, na desertificação dos centros históricos das cidades. Coimbra é disso um bom exemplo pela negativa.

Centros históricos sem casas para habitar e sem pessoas caminham, inelutavelmente, para a sua decadência e morte.

Sem pessoas na Baixa não há vida. E não há noites brancas, nem programas de dinamização cultural pontuais que possam responder aos gritos desesperados dos comerciantes da Baixa dar resposta.

Neste campo de intervenção autárquica, como aliás em muitos outros, a cidade tem constituído um péssimo exemplo de inércia, incúria e incompetência. Disso mesmo são exemplos as acções desenvolvidas pela Câmara Municipal de Coimbra, gastando infrutiferamente o dinheiro dos impostos dos cidadãos em projectos, conferências, estudos e quejandos que de muito pouco ou nada têm servido, uma vez que as boas ideias que daí possam ter resultado nunca foram implementadas, apenas servindo para efeitos de propaganda. São disso exemplo, só para citar alguns, a Conferência Internacional que se realizou em Coimbra em Maio de 2003 a fim de debater o “Processo de Recuperação, Renovação Urbana e Social da Baixa”, de onde saíram ideias interessantes que não tiveram qualquer desenvolvimento, ou foram mesmo desprezadas e arrumadas para o caixote do lixo. A Coimbra Viva SRU, ao fim de 7 anos de existência e de estudos vários de intervenção na Baixa, para pouco mais serviu do que para dar cobertura às demolições de prédios da Baixinha a reboque do Projecto Metro do Mondego que, aliás, excederam em muito o estritamente necessário para a construção do corredor destinado à circulação do Metro. O concurso para a 1.ª unidade de intervenção que abarca os quarteirões da Rua da Moeda, Rua Direita, Rua João Cabreira, Rua Nova, Rua das Nogueiras, foi lançado em Março de 2007, não tendo avançado um milímetro. Não só por falta de interessados, mas também por falta de dinâmicas e vontades políticas que estão longe de eleger a regeneração urbana da Baixa como prioridade. Disso, aliás, é bem exemplo, como temos vindo a denunciar em sede de discussão do Orçamento e das GOP, os contínuos cortes nos programas destinados à “Reabilitação Urbana dos Centros Históricos” e “Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana” que têm vindo a sofrer sucessivos cortes orçamentais que acumulados desde 2009 se situam na ordem dos 40%, constituindo o valor mais baixo dos últimos seis anos, o que por si só diz bem das prioridades políticas deste executivo.

No final do ano de 2010, foi anunciado pela Coimbra Viva SRU a constituição de um Fundo especial de Investimento Imobiliário de 18. 375.000 euros para recuperar 76 prédios na Baixa. Anunciou-se também o aproveitamento do Programa de financiamento Jessica lançado pelo Banco Europeu de Investimento para operações

de regeneração urbana até 2013. Ao que sabemos o Projecto terá de arrancar até meados do ano, fazemos votos para que de uma vez por todas saía do papel de projecto e se comece a mudar a face da Baixa da cidade que se transformou num espaço abandonado, insalubre e sujo constituindo um autêntico viveiro de ratazanas em pleno coração da cidade.

O Programa Jessica apoia o investimento em reabilitação urbana, nomeadamente em infra-estruturas de mobilidade e transportes e projectos âncora. Ora, é justamente o que a Baixa da cidade está a necessitar: regeneração e requalificação urbanas sustentáveis, o que passa, nomeadamente pela construção de projectos âncora que ajudem a fixar, revivificar e a dinamizar a vida na Baixa da cidade.

Um bom projecto, elegível, neste contexto, seria o de recuperar alguns dos antigos colégios da Rua da Sofia, transformando-os em residências para estudantes universitários. Para além de ajudar a resolver um problema de alojamento estudantil, constituiriam uma fonte de receita a amortizar os investimentos feitos e, o que é mais importante, fixaria na zona da Baixa, grande número de jovens que lhe injectariam sangue novo e vida. Enquanto habitantes e consumidores contribuiriam, decerto, para a recuperação da Baixa e do comércio tradicional. Note-se que do ponto de vista cultural a Baixa oferece hoje espaços culturais diversificados e estimulantes, como é o caso do Teatro da Cerca de S. Bernardo e da Escola da Noite, o Centro de Artes Visuais - Encontros de Fotografia, da Cena Lusófona, ou ainda a proximidade do rio e do Parque Verde da cidade. Reúne, pois, condições de excelência para ter vida própria e gerar dinâmicas de ocupação e usufruição do espaço, a que só faltam a vontade política e o espírito de iniciativa necessários à alavancagem destas dinâmicas.

Até lá, e porque há que tomar algumas medidas paliativas de curto prazo, propomos que esta Assembleia aprove uma recomendação ao executivo municipal no sentido de estabelecer um conjunto de incentivos e apoios financeiros, sob a forma de isenções fiscais, aos comerciantes da Baixa. Em concreto o que propomos é que haja uma política de discriminação positiva relativamente ao pequeno e médio comércio da Baixa, no sentido de os isentar do pagamento de algumas das taxas municipais, que não representando encaixe financeiro relevante para o município, poderão constituir, numa conjuntura de profunda crise económica e financeira, uma pequena, mas significativa desoneração dos seus encargos. Sugerimos por isso que por um prazo razoável se isentem os comerciantes da Baixa do pagamento de licenças para esplanadas, ocupação do espaço público com floreiras, vitrinas e expositores, chapas, placas e tabuletas, letras soltas ou símbolos, painéis mecânicos, digitais afixados nas fachadas de edifícios, mupis, painéis mecânicos ou digitais, toldos, anúncios luminosos, iluminados e semelhantes, anúncios electrónicos.

Para além disso deve ser reforçado o policiamento de proximidade, muito mais eficaz e correcto, em termos de segurança, do que a vigilância com câmaras; a limpeza das ruas; a melhoria das condições de iluminação pública; o estacionamento gratuito na Baixa e no mercado D. Pedro V aos sábados de manhã; a agilização do processo de licenciamento de estabelecimentos; bem como um programa de iniciativas articuladas, continuadas no tempo e sustentáveis de animação cultural.

Recomendação ao Executivo Municipal

Apoio ao Pequeno e Médio Comércio da Baixa

Considerando que:

- O comércio tradicional da Baixa de Coimbra atravessa uma conjuntura de profunda crise, que se traduz, nomeadamente no definhamento das actividades, por falta de procura, a que não é alheio o panorama de crescente e contínua degradação urbana e desertificação habitacional;
- A instalação prolífera de grandes superfícies comerciais, veio gerar nova centralidades e acentuar o esvaziamento de consumidores da Baixa da cidade;
- As dificuldades de mobilidade, transporte e estacionamento na Baixa da cidade são de molde a acentuar o afastamento das pessoas da Baixa;
- Das cerca de 600 lojas de comércio existentes no perímetro da Baixa, mais de 50 encerraram já a sua actividade e muitas mais ameaçam seguir o mesmo caminho;
- Que esta actividade comercial proporciona o emprego e sobrevivência a mais de 1500 pessoas;
- A actual conjuntura de crise económica e financeira vem agravar, ainda mais, a já grave situação de debilidade dos comerciantes da Baixa da Cidade;

Considerando ainda que o Município de Coimbra, não pode nem deve alhear-se das suas responsabilidades no âmbito das políticas locais, nomeadamente as que dizem respeito à criação de condições de apoio à actividade comercial, que por sua vez são fundamentais para vivificar os espaços públicos, construir e gerir cidade;

Propomos à aprovação desta Assembleia Municipal de 2 de Março de 2011 as seguintes recomendações:

1. Que sejam implementadas medidas de discriminação positiva relativamente ao pequeno e médio comércio da Baixa, no sentido de os isentar, por um período de dois anos, do pagamento da generalidade das taxas municipais a que estão sujeitas as actividades comerciais. Tendo em conta que a perda de receitas para o município não será muito relevante, e que poderá constituir, numa conjuntura de profunda crise económica e financeira, uma significativa desoneração dos encargos dos comerciantes.
2. Que se facilite o acesso e mobilidade na Baixa de Coimbra, nomeadamente, facilitando o estacionamento gratuito na Baixa e no Mercado D. Pedro V aos sábados de manhã; proporcionando a gratuidade da 1ª hora de estacionamento nos espaços públicos de estacionamento automóvel.
3. Que se proceda ao reforço do policiamento de proximidade, muito mais eficaz e correcto, em termos de segurança, do que a vigilância com intrusivas câmaras.
4. Que se desburocratize e agilize o processo de licenciamento de estabelecimentos comerciais.
5. Que seja implementado um programa de iniciativas de animação cultural articuladas, continuadas no tempo e sustentáveis, que ajudem a vivificar os espaços e a atrair as pessoas.
6. Que se dê maior atenção e cuidado à limpeza das ruas e à melhoria das condições de iluminação pública.

7. Que seja concedida isenção de IMI a todos os prédios objecto de acções de reabilitação urbana, por um período de 5 anos, renováveis por igual período de tempo.

8. Que o executivo dê prioridade a uma política consistente de regeneração e reabilitação dos centros históricos da cidade, como única forma eficaz de promover a sua densificação populacional e consequente dinamização social, cultural e económica.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“Mediante das questões colocadas pelo deputado do Bloco de Esquerda, a CDU também tem uma posição a colocar sobre estes assuntos.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

O PCP reuniu a 9 de Fevereiro com a Associação para a Promoção da Baixa de Coimbra.

Registámos as suas preocupações e constrangimentos uns decorrentes de medidas e decisões do Governos outros directamente relacionados com a Câmara de Coimbra. Da junção destas duas áreas de influência, resulta, no imediato, uma asfixia que tem levado a sucessivos encerramentos de lojas (prevendo-se muitos mais nos próximos tempos) esvaziando o comércio na Baixa de Coimbra e esvaziando, por consequência, a própria Baixa como espaço de vida e de gente.

A CDU coloca hoje aqui, de forma sumária, algumas das situações colocadas pelos representantes da Associação para a Promoção da Baixa de Coimbra, que consideramos pertinentes, directamente relacionadas com a Câmara de Coimbra:

-A proliferação das grandes superfícies em Coimbra e o contraponto com a capacidade ou incapacidade de resposta do comércio tradicional;

-A zona do Bota-Abaixo e a necessidade de criar condições para a venda ambulante;

- A urgência de reforço de policiamento de limpeza das ruas e de iluminação em algumas zonas;

-Questionam a utilidade da Sociedade de Reabilitação Urbana e da Empresa Municipal de Turismo tendo em conta o que lhes compete e o que pouco fazem considerando a Reabilitação Urbana como factor estratégico para o desenvolvimento da Baixa assim como uma articulação coerente e rentável, que deveria acontecer, das potencialidades turísticas onde se inclui o Centro Histórico a dinamização de eventos que devem ir além dos sazonais;

-O Mercado Municipal e a necessidade de repensar o espaço diversificando as ofertas;

-As dificuldades burocráticas e o tempo demasiado longo para desbloquear novos projectos pelo que seria imperativo a Câmara Municipal pensar numa foi-ma de agilizar procedimentos;

-O atraso na concretização da promessa por parte da Autarquia quanto ao estacionamento gratuito ao sábado de manhã.

Estes, entre outros aspectos relatados na referida reunião, reforçam o princípio que defendemos, e que se aplica a muitas outras situações - o de que é essencial e pertinente governar em diálogo permanente com os cidadãos, ouvindo de quem vive

as realidades, não só as dificuldades mas também as soluções. Só neste intercâmbio ser pode desbloquear problemas, corrigir situações de forma coerente e eficaz.

Na reunião com a Associação para a Promoção da Baixa de Coimbra, fomos informados que aguardavam para 17 de Fevereiro uma reunião com a Câmara de Coimbra. A CDU espera que a mesma tenha correspondido às expectativas da referida Associação.

Senhor Presidente da Câmara a CDU questiona e agradece resposta a duas situações prioritárias:

-Para quando a concretização do estacionamento gratuito nos parques de estacionamento da Baixa ao sábado;

-Para quando, uma vez que o prazo de 180 dias está a chegar ao fim, a decisão da autarquia face à autorização, ou não, da abertura das grandes superfícies ao Domingo.

Temos ainda outro assunto para colocar que é uma questão que agradecíamos que fosse respondida por parte da Câmara, dos SMTUC directamente.

Este pedido de esclarecimento tem a ver com um concurso que os SMTUC abriram para agente único.

Os SMTUC abriram concurso para recrutamento e selecção de motoristas/agentes únicos para contrato por tempo indeterminado. A esse concurso concorreram 6 motoristas já contratados, cujo contrato terminará em Outubro.

Terá sido proposto a estes 6 motoristas um salário base de 485 euros quando a base salarial desta categoria é agora de 713,93 euros!

Na realidade a legislação actual permite estes simulacros de negociação entre empregador e empregado. Mas sabemos que estas propostas são imposições do empregador que tem à sua disposição milhares de desempregados!

A CDU pede esclarecimento sobre esta situação tão injusta, que se torna ainda mais absurda partindo de uma entidade pública. Estes trabalhadores, se aceitarem esta proposta, passarão a ganhar um salário mais baixo cerca de 228 euros, ficando com um salário muito abaixo do que deveriam receber até tendo em conta as suas responsabilidades.

Na realidade as responsabilidades destes trabalhadores são muitas e é-lhes exigido cada vez mais, como sejam as despesas com formação, autorização para transportar crianças, etc (Carta de Condução 2000 euros, CAM 1200 euros, Transporte de Crianças 500 euros). Tudo isto é pago pelos próprios trabalhadores dos SMTUC, quando há empresas privadas que pagam estas despesas aos seus motoristas.

Requerimento deixado à Mesa da Assembleia:

A CDU requer a resposta às seguintes questões colocadas oralmente na intervenção do elemento da CDU; Isabel Melo.

1-Pede-se esclarecimento sobre o Concurso para recrutamento e selecção de motoristas/agentes únicos para os SMTUC.

É verdade que se propõe um salário de 485€, quando o salário base deveria ser de 713,93€?

2- Que espera a Câmara para decidir de abertura ou não das grandes superfícies ao Domingo (há um prazo de 180 dias que está a chegar ao fim)?

3- Para quando a concretização do estacionamento gratuito nos parques de estacionamento da Baixa ao sábado, que tinha sido prometido pala Autarquia?”

Intervenção do Secretário da Junta de Freguesia de Sé Nova:

“Desde que assumimos a gestão da Junta de Freguesia da Sé Nova, sempre nos norteamos por 2 questões:

Aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e utilizar com muita parcimónia os dinheiros públicos.

Dentro deste espírito temos procurado resolver inúmeros casos para bem das populações.

Ultimamente, voltámos a nossa atenção para a Rua Henriques Seco, onde anos antes tivemos uma intervenção, (entre a Rua Afonso Henriques e a Rua Lourenço de Almeida Azevedo) pois o estado dos passeios, do pavimento, agravado pelo envelhecimento das árvores, algumas tortas e a inadequada colocação de espécies no local, haviam arrancado os passeios, levantado as raízes 25 centímetros acima dos lancis, estavam a provocar um estorvo à passagem dos peões.

Há até uma árvore plantada no centro do passeio, reduzindo o espaço e onde não passa um carro de bebés.

Iniciados os trabalhos fomos surpreendidos pela Provedoria do Ambiente da Câmara que nos veio embargar a obra pelo facto do empreiteiro ter cortado raízes. Deixava-as 25 cm acima do passeio? Soluções: nada!

Nós que sempre recebemos apoios de todos os Serviços Municipais e fora como Correios, Polícia, Serviços Municipalizados e outros, estamos admirados com esta atitude incompreensível da Provedoria do Ambiente.

A vossa Ex. Senhor Presidente da Câmara Municipal agradecemos uma ajuda, pois esta situação está a causar transtornos aos moradores e ao empreiteiro.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara:

“Trago aqui dois temas que me têm preocupado. Um, é a vergonha que vai acontecer nos Censos de 2011.

Pois saibam, meus senhores, já devem saber, mas não aprofundaram a questão, os Censos são baseados nas limitações das freguesias, numa vergonha, num documento apresentado com um mapa com um traço por cima que se chama (CAOP) Carta Administrativa Oficial Portugal.

É uma vergonha, porque não é consensual, não tem memória descritiva e delimita as freguesias a fronteiras que não são verdade.

Nós temos um sistema criado para as eleições chamado SIGRAN-Sistema de Informação e Gestão de Recenseamento Eleitoral, que serviu para as nossas eleições, mas não serve para censitar as pessoas.

Quero-vos dizer que o documento apresentado, pelo Instituto Nacional de Estatística a todos os cidadãos, os cidadãos que podem pôr o nome da rua, o nome da porta, mas não podem pôr a junta a que pertencem.

Isto é vergonhoso que aconteça!

Portanto, a Junta de Freguesia de St^a Clara, mutilada na sua freguesia, só pode fazer uma coisa, não colaborar neste erro grave que vem enganar algumas freguesias inclusivamente a minha, na próxima década, como tem sido enganada até hoje.

Não estou aqui com guerras de fronteiras, não estou aqui contra nada nem ninguém, só estou aqui a pugnar que haja verdade nos Censos e que estejamos todos a jogar na mesma cartilha na próxima década, uma cartilha que esteja de facto mal, uma cartilha que esteja de facto mal como o País está, com vergonha, com enganar, com embuste, tudo isto, está a acontecer nos Censos de 2011.

O segundo ponto, o que vou dizer pode não valer nada, como nada vale a maioria das coisas que se dizem aqui neste microfone e nesta tribuna.

Em 10 anos que venho a esta Assembleia, de tudo do que aqui se falou, das comissões que aqui se criaram, não sei de nada, nunca tive resposta nenhuma daquilo que se fez. Hoje vamos criar mais uma, que até vão ter seis Presidentes de Juntas, não sei para que é tanto Presidente, para uma lista tão grande que não vai dar em nada.

Portanto, votar a favor ou abster-me isto para mim não vale nada. O que vou dizer aqui é para ficar em acta, para muitos curiosos, daqui a um século que venham aqui ver as actas, para fazer algum trabalho.

Venho aqui falar na representatividade desta Assembleia, sei que um Presidente da Junta não é um deputado municipal, estou aqui por inerência, e essa inerência às vezes é boa e é má!

Porque, a nossa democracia assenta na nossa representatividade de números, quanto mais números de pessoas representamos mais poder temos. Mas isso é mentira!

Porque, aqui nesta Assembleia há gente que vale 8 mil votos e está aqui por inerência, e estão pessoas que valem 1800 votos e estão aqui na qualidade de deputados, eu não sou deputado gostava de saber na Assembleia da República, tem assento todos os Presidentes de Câmara, não tem, há Presidente de Câmara que mais vale que 2 mil votos,...

Vejo aqui à minha esquerda uma pessoas que tem 8 mil votos expressos, vale por quatro deputados, mas não vota quatro vezes.

Aquilo que queria dizer, era para se pensar numa situação como na Assembleia da República, ora aqui temos Presidentes de Junta quer possam valer 1800 votos, e que tem o mesmo direito a um voto como

Um Presidente que vale 8mil. Acham que isto é democracia?

Agora que se fala em extinguir juntas, acho que deveríamos criar o mesmo sistema como é para a Assembleia da República, porque um voto de um Presidente de Junta é um voto, não é deputado, não é deputado, está aqui quase por favor, daqui a dias não pode votar o orçamento nem o Plano de actividades, já não pode votar em algumas situações. Afinal que raio de democracia é esta?

Isto é só uma chamada de atenção, não quero magoar ninguém, só quero dizer que a nossa democracia também tem muitos defeitos.”

**Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):
Empresa Municipal de Turismo**

“Na última Assembleia Municipal tive a oportunidade de me referir ao problema do Turismo em Coimbra, tendo na altura afirmado que estávamos confrontados com uma situação inquietante, incompreensível e inaceitável.

Inquietante, porque desde 2004 que não está definido o perfil do turista que visita Coimbra, não existem critérios nem balanços no que concerne à participação em feiras internacionais, é notória a incapacidade para desenvolver projectos e criar condições para implementar um nicho de turismo cultural e científico na cidade. Impõe-se, por isso, a pergunta: qual a credibilidade dos diferentes programas e orçamentos para o turismo que têm vindo a ser, sucessivamente, definidos e aprovados pelo executivo camarário?

Incompreensível pela total ausência de uma visão estratégica integrada e planeada. Na realidade todas as iniciativas possuem um horizonte temporal de, apenas, 1 ano, não há uma estratégia de médio prazo e o plano de actividades, isto para o Partido Socialista é absolutamente desolador.

Inaceitável porque a empresa municipal Turismo de Coimbra no final de 2011 estará numa situação de falência técnica, o que contradiz declarações do actual Presidente da Câmara que em Abril de 2010 em resposta às críticas do PS à Empresa Municipal de Turismo, tinha afirmado: “A empresa encontra-se numa situação económica controlada”.

Sr. Presidente, Sr. Vereador

Apesar da renovação que se verificou no executivo os senhores irão continuar a persistir na teimosia do “orgulhosamente sós”, não integrando a Entidade do Turismo do Centro, quando Coimbra tem condições para liderar o Turismo na Região Centro?

Numa altura em que o Turismo contribui verdadeiramente para a economia nacional, Coimbra vai continuar a hipotecar este importante activo que tem para a economia local?

Vamos continuar a participar em feiras como a BTL separadamente e, conseqüentemente, isolados do Centro e, depois, voltaremos a pagar publicidade nos guias promocionais do Turismo do Centro?

Sr. Presidente, Sr. Vereador

Não integrar a Entidade Regional do Turismo do Centro é continuar, injustificadamente, a perder oportunidades para a promoção e afirmação de Coimbra. Acredito que o Turismo em Coimbra pode mudar, assim haja vontade, determinação e sobretudo competência.

Senhores Deputados

Antes de terminar gostaria de informar que irei entregar na mesa uma Moção que recomenda:

1-A extinção da empresa municipal “Turismo de Coimbra” até ao final do ano 2011, assegurando a integração de todas as suas funções e colaboradores nos serviços municipais.

2-A adesão do município de Coimbra à Entidade Regional do Turismo do Centro.

Hoje deixo-vos o desafio, votem por Coimbra com amor, com trabalho, mas sobretudo com ambição!

Moção

O turismo tem uma importância estratégica para a economia portuguesa assumindo-se como o principal sector exportador português, representando cerca de 14% das exportações globais e 43,3% das receitas turísticas nas exportações de serviços. Este sector, com grande importância no emprego e no PIB nacional, tem mostrado uma notória capacidade de recuperação face aos efeitos da crise global.

A estratégia nacional de desenvolvimento turístico assenta no PENT (Plano Estratégico Nacional de Turismo), desenvolvendo-se regionalmente através das Entidades de Turismo Regional.

No centro, a Entidade de Turismo do Centro (TCP) representa uma região constituída por 58 municípios, onde Coimbra não se encontra, prosseguindo a estratégia nacional, articulando-a com as ambições regionais e as políticas municipais para esta área.

Coimbra, capital de distrito, é a Cidade da região com maior potencial turístico, sendo um ícone nacional na actividade de promoção turística. Infelizmente, a realidade é bem diferente, porque se continua sem tirar proveito das potencialidades inerentes à cidade e existe uma Empresa Municipal de Turismo que no final do presente ano se encontrará numa situação de falência técnica.

A empresa municipal turismo de Coimbra foi criada com o propósito de promover Coimbra diminuindo os custos inerentes a esta promoção. No entanto, as oportunidades foram sucessivamente perdidas e existe uma ausência de liderança no turismo do centro.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 2 de Março de 2011, delibere propor à Câmara Municipal:

1 – Extinção da empresa municipal “Turismo de Coimbra” até ao final do ano 2011, assegurando a integração de todas as suas funções e colaboradores nos serviços municipais.

2- Considerar a adesão do município de Coimbra à Entidade Regional do Turismo do Centro.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Dando seguimento ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de St^a Clara. Quero expressar também aqui a minha grande preocupação, porque realmente sinto-me preocupado pela possibilidade da Freguesia de St^a Clara não fazer parte dos Censos. Penso que é altura da Câmara Municipal ter um papel mais pró activo, sobre esta questão da limitação territorial, e deste modo apoiar a posição do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Clara. Já andamos há muito tempo com esta questão e altura realmente destas coisas ficarem decididas.

Dando seguimento a um comentário que foi feito em relação à democracia representativa, deixo uma nota, a uma intervenção já, há algum tempo pelo

deputado Maló de Abreu, sobre a questão dos hipermercados, deixo um desafio já que querem tanto a democracia representativa então passaremos a democracia participativa tão defendida pela bancada do PSD e passemos a integrar a participação dos cidadãos directamente em relação ao orçamento participativo.

Acho que forma mais directa de o fazer, não há!

Finalmente mais uma vez trago aqui duas questões, que são pertinentes duas moções que iremos levar à votação e que passo a descrever:

Moção

Situação da Insalubridade do Edifício da Rua Emídio Navarro

- Águas Estagnadas -

Como é do conhecimento público, e pela importância e relevância que o assunto encerra, trazemos também a esta Assembleia, uma questão de carácter ambiental e de saúde pública.

O assunto supra mencionado em título, prende-se com o facto da existência de um charco a céu aberto nas fundações de um antigo edifício sito na Avenida Navarro, em Coimbra.

Sobre o assunto temos informação fidedigna que a Provedoria do Ambiente e da Qualidade de Vida Urbana de Coimbra tem dado particular atenção a este assunto desde 2004, ano em que apresentou a primeira reclamação à Câmara Municipal de Coimbra (C.M.C.), no sentido da resolução do problema — entidade com capacidade semelhante para o fazer.

Desde então, várias diligências e acções foram tomadas por esta Instituição de defesa do cidadão, das quais destacamos:

- Em 06 de Outubro de 2004, a Provedoria solicitou o historial das providências realizadas pela CMC no sentido da resolução do problema;
- É contactada a Divisão de Licenciamentos Diversos e de Fiscalização da Câmara Municipal de Coimbra para dar conhecimento da situação;
- 01 de Julho de 2005, a Provedoria tem conhecimento que a 22 de Dezembro de 2004 foi efectuada uma vistoria ao local, constando do auto da vistoria a paralisação dos trabalhos de reconstrução do imóvel, da existência de águas estagnadas no nível das caves e da elevada degradação da fachada;
- A 26 de Julho e 21 de Outubro de 2005, a provedoria é informada por munícipes e pela Associação para o Desenvolvimento e Defesa da Alta de Coimbra, que o problema de insalubridade se mantém.
- A 26 de Julho de 2005 a Provedoria do Ambiente solicita à Câmara Municipal de Coimbra nova intervenção;
- Entretanto outras entidades são informadas, como é o exemplo da junta de freguesia de Almedina;
- São também emitidos parecer por parte do Gabinete Jurídico e contencioso da Câmara Municipal de Coimbra, dos quais destacamos: o dever de uma deslocação ao local por parte dos serviços municipais competentes para efeito de verificação factual descrita no Auto de Vistoria realizado em 2004; que no caso se verificar que a sociedade proprietária do terreno não iniciou ou concluiu dentro dos prazos afixados, as obras de conservação determinadas, deverão ser instaurados os competentes processos contra-ordenacionais; decorridos os prazos concedidos, sem

que as obras se mostrem realizadas, a Câmara Municipal de Coimbra pode tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras.

A 15 de Maio de 2007, vendo esgotada a sua capacidade de intervenção junto das entidades competentes para o efeito, a Provedoria faz a divulgação pública do problema.

- A 24 de Maio de 2007 é solicitada junto da Delegação de Saúde de Coimbra a avaliação do risco para a saúde pública de corrente do problema.

- A 04 de Junho de 2007, a provedoria é informada que o assunto foi remetido para a Câmara Municipal de Coimbra.

- A 19 de Março de 2008, a Provedoria é informada pelo Gabinete Jurídico da Câmara que a situação de insalubridade do Edifício em questão se encontrava em vias de resolução, não com a Empresa proprietária do terreno e responsável pelas obras mas sim pela Caixa de Crédito Agrícola.

Volvido que está todo este tempo, pudemos constatar no local que a situação de insalubridade das águas se mantém.

Com base neste facto, por entendermos ser este um problema de saúde pública, e porque estamos a entrar na época em que as temperaturas vão subir e desse modo potenciar o desenvolvimento de mosquitos, bem como de outros organismos potencialmente perigosos para a saúde pública, apelamos, em nome dos cidadãos de Coimbra que sejam tomadas diligências nesse sentido, com a celeridade que o problema exige.

“Coimbra...Construir o Futuro!”

Recomendamos ainda que o resultado desta moção, caso seja aprovada, seja ulteriormente apresentado a esta Assembleia.

Outro dos assuntos é sobre o **Hospital Pediátrico**

Moção

Uma cidade com melhor Mobilidade e Acessibilidades

-Hospital Pediátrico -

Viver numa cidade significa estar associado a uma certa qualidade de vida pela congregação e oferta de serviços (saúde, justiça, educação, transportes, etc.), emprego e infra-estruturas que é capaz de proporcionar aos seus habitantes.

Essa qualidade está sem sombra de dúvida ligada às boas condições de mobilidade e acessibilidade dos seus cidadãos, bem como daqueles que aí se dirigem.

O Hospital Pediátrico - recentemente inauguradas as novas instalações - desde sempre teve a nobre missão de prestar cuidados de saúde a crianças e adolescentes de toda a Região Centro — Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu -, mantendo permanentemente as portas abertas para o restante território nacional, bem como para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Pese embora, sujeito a vários contratemplos, o novo hospital pediátrico aí está. Um novo edifício, vestido por uma arquitectura moderna, funcional, efectivo na sua prestação de cuidados de saúde — herança “genética” já trazida do anterior hospital -. Enfim, uma obra que nos orgulha a todos; que engrandece Coimbra e a Região Centro; que dá esperança a um Portugal em dificuldades; que nos torna cada vez mais cidadãos dessa grande e histórica “aldeia global”, que é a Europa.

No entanto, por entre este “bordado” de fundo azul, com tons que agradam à vista, alguns “pontos”, umas linhas soltas, ressaltam à vista: a acessibilidade ao Edifício. A promessa do actual executivo camarário da construção da ligação à circular externa, não está feita, tal como havia sido prometido.

A promessa da construção de um estacionamento exterior ao Edifício, de modo a libertar as vias de acesso dos inúmeros carros que, por não ter alternativa, ocupam praticamente toda uma faixa de rodagem em toda a sua extensão.

Dos reajustamentos das carreiras dos SMTUC, bem como uma melhoria na acessibilidade por esta via, atendendo a que, por exemplo, a paragem destinada a servir o Hospital Pediátrico, encontra-se no “meio” da faixa de rodagem, com todo o potencial de perigo para os utentes que isso implica. (nota: para este caso julgamos estar a ser desenvolvidos esforços nesse sentido e pedimos por isso mais informação.)

Deixamos ainda à votação da possibilidade de a Câmara Municipal de Coimbra fazer esforços no sentido da construção de uma rotunda junto à saída Sul do Hospital — mesmo que em situação provisória, até que a ligação à circular externa seja efectiva, de forma a melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade local

O novo Hospital Pediátrico é hoje uma realidade. Realidade que é de todos.

“Coimbra... Construir o Futuro!”!

Recomendamos ainda que o resultado desta moção, caso seja aprovada, seja ulteriormente apresentado a esta Assembleia.”

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

“Venho apresentar duas recomendações que já foram apresentadas anteriormente e que não tiveram acolhimento por parte da Mesa, dado que foram integradas em ponto da ordem de trabalhos. Por esse motivo, são apresentadas antes do período da ordem de trabalhos.

Uma tem a ver com a implementação de um Orçamento de Base Zero, já foi justificado o assunto dizendo que em momentos de difícil situação financeiras, caberá aos municípios algumas soluções mais criativas designadamente no sentido de que, cada serviço do município apresente as suas propostas para o orçamento da Câmara de modo justificado e fundamentado a qual passo a ler:

Proposta de recomendação:

Implementação de um Orçamento de Base Zero:

A maioria dos municípios portugueses apresenta uma situação financeira difícil. Podemos não convergir em relação aos motivos que levaram os municípios a este estado de coisas, mas, independentemente do entendimento de cada um sobre o estado financeiro das autarquias, estaremos todos de acordo que a diminuição anunciada das verbas em sede do Orçamento do Estado não vai melhorar a situação. No caso do município de Coimbra, além da dificuldade partilhada com as restantes autarquias, acresce ainda a necessidade de cumprir seriamente um plano de rigor financeiro que o livre de maiores dificuldades, atendendo ao grande grau de endividamento, ao aumento do serviço da dívida e ao desequilíbrio da situação financeira.

Os tempos que atravessamos exigem que se acabem com práticas rotineiras substituindo-as por procedimentos de maior transparência e controlo das despesas. Neste sentido, exige-se aos eleitos que pugnem para que o pouco que há seja gasto com responsabilidade e com opção por prioridades que minimizem os sacrifícios exigidos às populações.

Um dos meios para atingir estes objectivos de transparência e verificabilidade da despesa pública, é a introdução do Orçamento de Base Zero. Assim propõe-se que o orçamento para o ano de 2012 seja preparado obedecendo a um conjunto de regras que procuram a melhor adequação da autarquia às suas funções e a uma maior poupança, eliminando alguns desperdícios.

Esta norma, que se pretende implementada, tem como característica principal a de que cada serviço da autarquia deve definir e justificar a sua proposta de orçamento em função de actividades concretas previstas para o ano seguinte, sem se basear no orçamento do ano anterior.

Deliberação da Assembleia Municipal de Coimbra

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 2 de Março de 2011 delibera RECOMENDAR à Câmara Municipal:

1—Que o orçamento para 2012, preparado no exercício de 2011, seja excepcionalmente, de base zero, quebrando a rotina no cálculo da despesa;

2—São excepção à aplicação do Orçamento de Base Zero:

- As dotações correspondentes a despesas obrigatórias;
- As despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários;

A informação sobre estas dotações e despesas deve ser disponibilizada na proposta de orçamento.

3 — Que sejam adoptados os devidos mecanismos na autarquia para facilitar que a prática de Orçamento de Base Zero seja de implementação cíclica ao longo do tempo, para permitir a correcção periódica de eventuais desvios despesistas, criando uma cultura de rigor e serviço público em todas as actividades do município.

Recomendação

A empresa municipal Turismo de Coimbra, foi criada com o propósito de implementar uma política de promoção e de animação cultural e promover a “marca Coimbra”. Analisando o seu relatório de actividades e contas do exercício de 2009 e o plano e actividades para 2011, parece-nos carecer de sustentação clara e objectiva a afirmação de que da sua actividade terá resultado um aumento sustentado do número de turistas, razão última da sua acção. Ao percorrermos as actividades desenvolvidas, a sensação com que ficamos é a de que, no essencial, são as mesmas que foram desenvolvidas na cidade, antes da sua existência. Para além de que as actividades desenvolvidas não carecem de uma empresa específica, podendo muito bem ser levadas a cabo, com vantagens financeiras e idênticos resultados, pelos serviços de um departamento municipal de Cultura e Turismo.

Um dos argumentos invocados pelo Presidente da Câmara para a constituição do Turismo de Coimbra EM, foi a de que representaria uma diminuição de custos, e captaria investimentos privados. Ora, logo à partida contou com um subsídio à sua exploração de 994.531 euros. No primeiro ano de exercício teve um resultado

líquido negativo de 278.265 euros. Em 2009 voltou a registar um resultado líquido negativo de pelo menos 13.112 euros. Ao que acresce, em termos de remuneração de pessoal, mais de 340.000 euros.

Três anos decorridos somos forçados a concluir que a existência da Turismo de Coimbra EM não tem justificação objectiva, nem tão pouco se descortina qualquer vantagem prática e claramente quantificável da sua actividade.

Acresce que a lógica da constituição de empresas municipais obedece a um propósito fundamental: escapar às maiores exigências da contabilidade pública, para fugir ao controlo das assembleias municipais e, principalmente, para dar lugares a pessoal ligado aos partidos políticos que dominam as Câmaras.

A gestão dos dinheiros públicos municipais deve ser rigorosa, ponderada e fiscalizada pelo órgão competente, a assembleia municipal. É necessária a transparência nas contas públicas, é preciso combater o desperdício financeiro e extinguir as empresas municipais que fazem aumentar a despesa pública local sem qualquer benefício para os cidadãos.

Pelo exposto, e dado não haver qualquer justificação consistente para a sua existência como empresa municipal, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 2 de Março de 2011, RECOMENDA ao Executivo camarário:

Que a empresa municipal “Turismo de Coimbra” seja extinta, passando as suas funções a ser exercidas pelos serviços municipais e garantindo aos trabalhadores provenientes do quadro de pessoal do município a manutenção da sua relação laboral.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Vou começar pelo fim da minha intervenção, porque ouvi a preocupação do deputado do Bloco de Esquerda, e ouvi também a intervenção da deputada da CDU que em parte subscrevo, mas faltou-lhes dizer o essencial.

Eu, participei também, com o líder do Partido Socialista, na reunião com a Agência Promoção da Baixa de Coimbra, estou em condições, por razões óbvias, não só como autarca mas também como empresário e que vivo o problema da Baixa. Aliás ainda vem recentemente um órgão da comunicação social, dizer que, eu apelidei a alguns comerciantes de “Velho do Restelo”, e porquê?

Porque, é verdade que há crise, a crise está visível, os senhores não vieram descobrir nada ela está visível todos os dias no comércio tradicional da Baixa de Coimbra. O que se esqueceram de dizer, é que há situações na Baixa de Coimbra que, não se resolve porque alguns comerciantes não estão minimamente interessados em se resolver e quanto pior melhor. Porquê?

Porque, nós assistimos a alguns fenómenos de alguns comerciantes, da Baixa de Coimbra onde ganharam dia-a-dia o seu pão, depois deixaram de investir no comércio tradicional depois de terem recebido subsídio do PROCOM e foram estabelecer-se nos Centros Comerciais da Cidade de Coimbra, é fino, estar estabelecidos nos Centros Comerciais. Depois vêm aqui grupos parlamentares fazer política e bem, defendendo às vezes, algum desconhecimento que deveriam ter.

Por outro lado, assistimos também a encerramentos de estabelecimentos comerciais, mas porquê.

Há oito dias fechou um estabelecimento comercial na Baixa de Coimbra porque o senhorio não quis baixar a renda. O comércio está em crise, os senhorios não estão sensíveis a este tipo de situação e obviamente não dá para tudo. Concretamente refiro-me a um estabelecimento de restauração aqui na rua da Louça, a renda era dois mil euros, foi feita uma proposta pelo comerciante e o senhorio não aceitou. Depois, temos outros fenómenos, são aqueles meninos que nasceram num berço de ouro, cujos pais lhes deixaram estabelecimentos e património e assim é fácil de gerir, gerir como, não investindo. Processo seguinte, processo de falência ou de insolvência.

Há um caso concreto senhores deputados, num estabelecimento em que o proprietário é filho de uma pessoa que abriu o estabelecimento comercial, ou seja de uma sapataria, foi fácil o encerramento, o processo foi o seguinte, ele disse aos trabalhadores ou recebem a indemnização que vos quero dar ou faço um processo de insolvência. Esta é de facto a realidade da Baixa de Coimbra!

Os senhores também falaram de uma preocupação a habitação, pois é!

Enquanto não se inverter a mentalidade de alguns comerciantes e continuarem a ter nos pisos superiores armazéns de sapatos e vestuário e não alugando. Bom, como é que a Câmara vai investir. Comprando os edifícios? Não sei na Baixa de Coimbra está mau, esta má, mas querem-se comprar um imóvel ou alugar uma loja, pedem pelos valores dos imóveis forrados a ouro. Eles estão forrados a madeira e a caírem, mas mesmo assim não vendem, porque querem valores muito elevados.

É verdade que o comércio está em crise, isso é tudo verdade!

Em relação aos estacionamento estou em desacordo.

Há uns anos eu levantei aqui o problema, do estacionamento da Baixa. O anterior Presidente da Câmara também foi sensível a este problema, criou-se uma bolsa de estacionamento na Rua Sargento-Mor, sabem o que acontece senhores deputados, do lado esquerdo é à moeda, do lado direito é à borla.

O que acontece às 7.30 da manhã os trabalhadores do comércio e os próprios comerciantes estacionam do lado direito, desde as 7,30h da manhã às 19 horas. Eu comprovo isto no terreno, os senhores podem conhecer a Baixa, mas não a conhecem melhor do que eu, garantidamente, conheço os comerciantes um a um e os moradores, isto tem a vantagem de ser autarca de proximidade.

Portanto, em relação ao estacionamento, é uma solução que já não é de agora a questão ao sábado, mas tem de haver, aqui, de facto, uma visão mais estratégica dos próprios operadores da Baixa de Coimbra.

Aproveito a circunstância para apelar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra rapidamente a instalação do sistema de impedimento ao miolo da Baixa de Coimbra, Centro Histórico, nomeadamente à Praça do Comércio, que é uma vergonha possuímos uma Praça tão bonita da Cidade de Coimbra, apejada de automóveis sendo a maioria dos comerciantes, estão identificados.

Portanto, quando estas coisas não funcionam como devem funcionar é muito difícil ser pastor numa casa com um rebanho destes. É difícil! As pessoas têm estes comportamentos, isto é, difícil mas não tira o direito de dizer aos senhores deputados que tem razão em relação à crise do comércio, mas também há crise de soluções da parte dos operadores intervenientes da Baixa de Coimbra. O senhor deputado sabe que na sua zona, há estabelecimentos que poderiam ser reabertos.

Em relação aos problemas levantados pelos Srs. deputados do Bloco de Esquerda e da CDU, comungo das vossas preocupações, mas elas já eram minhas enquanto autarca da freguesia de S. Bartolomeu há 8 anos ou 10 anos, lêem-se as actas da Assembleia dessa altura, onde eu chamava a atenção sobre o estacionamento, a limpeza, a polícia de proximidade, polícia municipal e afins.

Voltando à questão preocupante dos senhorios não quererem baixar as rendas, a questão da habitação hoje está na moda, deixar cair os prédios na Baixa de Coimbra, é mais fácil, para tentar receber o subsídio. Ainda há pouco tempo já o disse publicamente nos prédios da Rua Corpo de Deus, vai custar a alguém uma indemnização a doze famílias. Há de facto todo aqui um processo que tem que se tratar.

Em relação aos estacionamentos aos sábados, estamos de acordo, é uma petição. Como disse estive presente nessa reunião Promoção da Baixa de Coimbra com o Presidente da Concelhia, e esta questão foi tratada, e dizer também que eu e o meu colega Pinto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz, por ironia do destino também somos membros dos órgãos sociais da Agência Promoção da Baixa de Coimbra.

Vinha aqui também agradecer o empenhamento da parte do Centro Histórico na pessoa o Eng^o Sidónio, já o disse na comunicação social mas é aqui que eu tenho de o referir o empenhamento que este Gabinete teve na solução no que diz respeito à Rua Corpo de Deus e no Pátio das Vitórias.

Penso que com gente desta é possível fazer-mos bastante mais. A mesma opinião não tenho em relação à SRU, aliás aqui há alguns anos atrás contei neste hemiciclo se de facto a SRU era uma marca de refrigerantes, com ironia disse isto, vendo uma coisa, um funcionamento de um município do Centro Histórico e o funcionamento da SRU, porque de facto deixa muito a desejar.

Agradecer também aqui o trabalho, embora eu seja uma pessoa quizilenta com a Polícia Municipal, levanto muitas questões, estou sempre a chamá-los porque assumo que os chamo, para intervenções locais, mas aqui em relação ao trabalho que a polícia municipal desenvolveu nesta artérias foram requalificadas, foi brilhante, foram interventivas e com muito esforço conseguiram rebocar automóveis que estavam estacionados em locais à mais de 12/15 dias. É este o problema que temos na Baixa.

E por fim dizer o seguinte:

É ao Senhor Presidente da Câmara a quem me dirijo, porque não está presente o Senhor vereador Luís Previdência, vou falar da limpeza da Baixa de Coimbra.

A Baixa sofre de algum défice de limpeza, é que, as pessoas confundem a Baixa só, a Viscondia Luz, Ferreira Borges e Portagem, não, a Baixa para mim é um todo nas ruas centrais. Apelava aquém de direito, não sei se é a Câmara ou a ERSUC, que de facto na área central do miolo da Baixa que houvesse maior atenção na limpeza daqueles espaços.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz:

“Venho aqui falar de um caso, relacionado com o espaço físico da Sede da Junta de Freguesia de St^a Cruz de Coimbra.

No dia 11 de Janeiro o Sr. Vereador Dr. Carlos Cidade fez uma pergunta ao Executivo da Câmara no sentido de saber como estava a situação de um prédio que em princípio estava mais ao menos falado para a Sede da Junta de Freguesia de St^a Cruz. Esse prédio situa-se no Pátio de Inquisição.

Em relação ao Dr. Carlos Cidade devo desde já agradecer-lhe a sua intervenção, penso que às vezes estar de um lado ou estar do outro, isso não interessa o que interessa é que realmente se procure de ou lado e do outro chegar a um consenso para resolver os problemas que existem.

Mas, na verdade também é que a resposta que foi dada não condiz efectivamente o que se tem passado ao longo dos anos. Só um pormenor, no tempo do Dr. Manuel Machado e também já no tempo do Dr. Carlos Encarnação, todas as Juntas de Freguesias que conheço, praticamente todas tem instalações bastante boas. Algumas feitas de raiz outras remodeladas, e a freguesia de St^a Cruz não sei se, talvez pelo facto da Câmara estar inserida no seu espaço geográfico, nós temos uma sala apenas com 67 m², 40 m² estão ocupados com mobiliário e equipamento, esses espaço está virado para uma rectaguarda de um edifício, vejam em que condições nós trabalhamos. Ainda há dias foram entregar uma série de caixas com os impressos para o Censos, isto não é anedota, só vendo, nós temos de andar de lado dentro da sala da Junta de Freguesia.

Vou ler a notícia que vinha no “Diário de Coimbra”, o que me deixou um pouco incomodado, e dizia o seguinte.

“Por as instalações onde a sede da Junta de Freguesia de St^a Cruz funciona actualmente não serem as mais dignas, o Socialista Carlos Cidade questionou na reunião do Executivo da maioria da “Coligação Por Coimbra” PSD/CDS/PPM, sobre o espaço prometido já lá vão meses largos no Pátio de Inquisição para a instalação da Sede. Uma sala no primeiro andar do número 169 da Rua Padre Estêvão Cabral a poucos metros da Segurança Social recebe a actual sede da Junta, presidida por António Pinto dos Santos.

Paulo Leitão vereador responsável pelo Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesias assumiu que, por parte da Câmara, não existe nenhum compromisso.

O que foi solicitado foi que a Câmara ajudasse a Junta no arrendamento do edifício no Pátio da Inquisição. O que propusemos foi que, além daquele imóvel a Junta propusesse um conjunto de imóveis que pudessem ser recuperados, ou outros que pudessem ser arrendados para sede da Junta, até hoje nada foi dito”.

Aqui é que realmente incomodativo dizer que até hoje nada foi dito.

Porque já antes, há oito anos para trás, a Junta tinha feito diligências, no sentido de resolver a situação, e então em relação a esta notícia no “Diário de Coimbra” nos respondemos ao Sr. Eng.º Paulo Leitão, vereador da Câmara Municipal de Coimbra, com conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Foi com desagradável surpresa que através do “Diário de Coimbra” de 12/01/2011, tomamos conhecimento da resposta de V. Ex.^a na reunião do executivo Camarário de 10/01/2011, à questão colocada pelo vereador Carlos Cidade quanto à definição da autarquia relativamente a uma nova sede de uma Junta de Freguesia de St^a Cruz, nomeadamente sobre um imóvel já tido em visto pela Junta, situado no Pátio da Inquisição.

Atendendo ao pouco tempo de V. Excelência de exercício no cargo, certamente desconhecerá de que, desde alguns anos atrás esta Junta tem vindo a ter contactos com a autarquia com o objectivo de encontrar um espaço condigno para a sede.

O Dr. Carlos Encarnação, ex-Presidente e o então Dr. Marcelo Nuno ex vereador de Finanças na altura assumiram com o Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz o compromisso de adquirir ou de arrendar um espaço com instalações condignas tendo havido ao logo de tempo avanços e recuos.

Contrariamente às declarações de V. Ex.^a, relativamente ao assunto em apreço, aliás de que até hoje nada foi feito por esta Junta, importa-se informar de providenciar os contactos dos proprietários dos seguintes imóveis, Providência Portuguesa, instalações na rua Simões de Castro, n^{os} 160/161, os armazéns na rua Dr. Manuel Rodrigues n^{os} 39/41, AVIC na rua Dr. Mário Pais n^o 27, o Taco Salão de Jogos na rua João Ruão n^o 27, instalações de um minimercado no Terreiro da Erva n^o 46, Pátio da Inquisição n^o 3, também aquando da mudança do Comando da Polícia de Segurança Pública, da rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes foi sugerido a ocupação de algum espaço por parte da Junta de Freguesia, denotar que das diligências efectuadas verificamos que edifícios necessitavam de grandes intervenções à excepção do edifício do Pátio de Inquisição, já remodelado e apresentado à Câmara como uma boa opção em termos de espaço e localização, inclusivamente estabeleceram-se contactos entre o proprietário, o Presidente da Junta e a própria autarquia se retrocedeu a interesse do imóvel, cuja a justificação do parecer jurídico desfavorável à concretização do processo.

Face ao exposto, estranhámos as declarações de V. Ex.^a, e reafirmamos que o assunto não está resolvido, devido a avanços e recuos por parte da Câmara Municipal de Coimbra.

Outro assunto que gostaria de chamar a atenção, já há alguns dias atrás também o fiz é sobre algumas intervenções que algumas empresas têm feito pela Cidade.

Vou falar concretamente da Freguesia de St^a Cruz na rua António José de Almeida ao Largo da Conchada.

A Empresa “Águas de Coimbra” fez, uma intervenção de substituição de tubagens, a qual foi dada por subempreitada. Só gostaria que a Câmara mandasse alguém verificar como foi feito o tapamento de buracos. Eu não percebo muito, mas a massa que puseram chamado alcatrão foi posto com os dedos, o piso tem umas lombas enormes, além de mais à sinalização horizontal passadeiras e outro tipo de pinturas que pura e simplesmente passaram ao lado, aquilo já está assim alguns meses, de modo que pedia à Câmara para proceder a uma fiscalização e notificar a pessoa responsável para repôr o piso como se encontrava que era em bom estado.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Venho aqui para falar de dois assuntos:

Uma nota previa, para manifestar a minha satisfação e dar os parabéns pelo facto, de o Dr. João Gabriel ser o Magnifico Reitor. Foi um homem de que lutou pela Co-incineração em Souselas, e não posso esquecer isso.

E também felicitar e desejar os maiores sucessos à Sra. Prof^a. Dra. Helena Freitas na sua vida académica em prol de Coimbra, merece o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

Quero falar de um evento para fazer aqui os meus agradecimentos, teve a ver com o segundo encontro Distrital de Autarcas, do distrito de Coimbra, promovido pela Associação Nacional de Freguesias e Associação Distrital de Coimbra.

Agradecer a todos os colegas, que participaram e que tomaram as suas posições que manifestaram durante o debate de quatro temas. Esses quatro temas eram:

Eventual Reorganização Política Administrativa do País, a Lei das Finanças Locais, Novas Competências, e Lei Eleitoral.

Naturalmente não vou aqui fazer nenhuma síntese das conclusões, porque isso será feito em primeira-mão e enviar aos associados.

Mas agradecer a duas pessoas: ao Senhor Presidente da Câmara pela sua presença, e pela brilhante e pedagógica intervenção que teve em defesa e em prol das freguesias.

Nós autarcas de freguesia muito lhe agradecemos, não só a presença mas, aquilo que manifestou perante todos, e publicamente foi notícia. Muito obrigada Dr. João Paulo Barbosa de Melo.

Também agradecer ao Ilustre Professor Dr. Manuel Porto, Presidente da Assembleia Municipal pelo contributo que deu no debate sobre a Lei das Finanças Locais.

E dizer tão-somente isto aos colegas.

Há pouco o Presidente de Junta de Santa Clara, e respeito todos os pontos de vista, falava sobre a questão da representatividade, somos amigos temos longas e duras discussões, não pudemos ir por aí. Não pudemos comparar se as Freguesias são grandes se são pequenas cada uma tem as sua característica, a suas especificidades e cada uma tem os seus direitos. Temos tão-somente e todas tem a razão de existir, temos tão-somente de fazer uma coisa, é fazer aquilo que, fazem os Municípios na Associação Nacional de Municípios. Ou seja, um corpo e uma só voz, e as freguesias têm de ser elas a pronunciar-se sobre os seus problemas, sobre aquilo que acham direito em sede própria e nestes casos nos fóruns previstos pela Associação Nacional de Freguesias. Portanto, temos de ser um corpo e uma voz.

Sei que ele tem outro entendimento destas questões, porque não poderemos comparar se umas são grandes e outras pequenas, se umas cresceram mais do que outras é porque se calhar foram feitas benfeitorias, levaram que pessoas foram para lá em detrimento de outras que não tiveram investimento, temos que tentar haver aqui algum equilíbrio e alguma compensação daquelas que se desenvolveram e aquelas que não tiveram as mínimas oportunidades e possibilidades se calhar temos de pensar também ser solidários e promover o desenvolvimento de outras para podermos considerar que seja menos desenvolvidas, temos que tomar como unicamente freguesia, e que essa freguesia é representada por um Presidente de Junta e que esse Presidente de Junta tem os seus direitos em sede da Assembleia Municipal.

Não deixar aos outros que se pronunciem em questões das freguesias. Cada um de nós deve dar o seu contributo, e defender aquilo que é o autarca de freguesia, a dignificação do papel daquilo que é um autarca de freguesia e a importância

relevância para o bom ou mau funcionamento do Estado e pelas benfeitorias que faz para os seus fregueses nomeadamente a Freguesia e Junta de Freguesia.

É isso que temos que defender o papel e a importância de cada uma das freguesias.

Para terminar, falar de outro assunto que tem a ver com educação:

Quando fiz a escola primária com 10 anos, tive de vir estudar para Coimbra, não havia nenhum estabelecimento de ensino na minha freguesia, nem lá perto, para além da escola primária.

Fomos muitos, na época que de facto viemos para Coimbra, lembro-me que tinha de almoçar às 11h30m para entrar 13h20 na Escola Silva Gaio. Acabava a escola às 20h e só tinha comboio de regresso a casa às 20h40 muitas vezes chegávamos a casa entre as 21h30 ou mais. Como se compreende a vontade de estudar e a força não seria muita para quem chegava a casa a essa hora. Fomos muito poucos que chegamos ao ensino superior, muitos desistiram.

Quando fui para o José Falcão o cenário foi o mesmo. Em 1991 o Estado assumiu por despacho do Ministério da Educação um conjunto de equipamentos escolares, onde incluía uma escola e um equipamento escolar na Freguesia de Souselas, a construir até ao 12º Ano, onde estavam previstas 24 turmas. O facto é que nada foi feito de responsabilidade do Estado, ou seja, foi um particular, não vou aqui discutir a importância da escola pública, tenho o máximo respeito pela escola pública, mas sim um simples contrato de Associação que foi para Souselas com um excelente equipamento que lá está em que as crianças estudam até ao 12º ano.

Costumo dizer que talvez foi a melhor obra que foi para a Freguesia de Souselas. Deu a possibilidade de jovens e crianças daquela freguesia estudarem.

Significa que, a rede escolar, digamos o Estado divorciou-se da sua responsabilidade não assumindo o compromisso que tinha estabelecido, e portanto foi um privado que aí construiu.

A minha posição aqui é naturalmente na defesa deste estabelecimento de ensino, e de preocupação. Sabemos que houve mudança de regras a meio do campeonato, de uma atitude leviana e irresponsável, portanto que o tivessem feito a seu tempo, antes de começar o ano escolar.

Estas coisas têm que ser equacionadas e tem que ser levadas à consideração de quem de direito.

Portanto quero aqui dizer, que naturalmente a Junta de freguesia de Souselas está preocupada e que estará ao lado da defesa do Instituto Educativo de Souselas do seu nome e que tomará as posições públicas que forem necessárias naturalmente contra o Ministério da Educação, ou seja em defesa daquilo que foi um ganho, na formação dos jovens e das crianças da Freguesia de Souselas. Ou seja, o direito à educação e proximidade estando ali ao lado um trabalho bem desempenhado pelo Instituto Educativo de Souselas.

Era isso que aqui trazia porque de facto enquanto autarca tenho a obrigação de defender aquilo que é da minha Freguesia neste caso tenho todo o direito e o de defender o Instituto de Souselas.”

Intervenção da deputada municipal Olinda Sousa Rio (Por Coimbra):

“A minha intenção tem a ver com a situação gravíssima que atravessa a Educação nos País e em concreto em Coimbra.

Mas quero antes felicitar a Presidente da bancada socialista pelo novo cargo que aceitou desempenhar de Vice Reitora da Universidade.

Já lhe disse pessoalmente, mas quero reiterar aqui que acho que o novo Reitor fez uma ótima escolha. Como sabemos, até pela sua postura aqui na Assembleia, a Universidade, os seus alunos e alunas, que são afinal quem interessa, vão ter tudo a ganhar com esta nova Vice Reitora. Parabéns Helena, felicidades!

A minha intervenção tem então a ver com Educação. Quero deixar claro hoje, aqui e agora, na minha qualidade de Deputada Municipal, que defendi neste dia uma igualdade de oportunidades no acesso à Educação e ao conhecimento, bem como no estímulo ao desenvolvimento de capacidades e talentos de todos os jovens e crianças portugueses.

Intervenho porque as consequências das decisões políticas agora tomadas vão por em causa a própria democracia.

Refiro me:

- 1- À constituição de mega agrupamentos.
- 2- À substituição de Escolas e Jardins-de-infância por Centros Educativos/Centros Escolares
- 3- À imposição de cortes tão significativos no EPC que já começou a levar à sua ruptura
- 4- A uma injusta e discriminatória avaliação de professores

As democracias europeias têm, teoricamente, em números redondos, 200 anos. Na prática, se incluirmos o que se passou na URSS, na Alemanha, nos Balcãs, nem os últimos 100 anos foram de democracia. A cultura humana tem mais de 100 000 anos, 200 anos ou menos não é nada.

Os exemplos do Leste europeu, da Rússia à China, os países emergentes, já não falando nos países árabes, nos Países do Magrebe e na explosão de conflitos que neles emerge neste momento e suas implicações, fazem com que a própria Europa esteja a ficar periférica, não só no sentido geográfico, mas no sentido cultural e de valores. Quanto mais Portugal!

O que quero dizer é que não podemos acomodar nos e dar como certo o que temos de mais precioso neste momento, liberdade e a democracia. Como disse Gabriel Nissim, Presidente da Comissão dos DH no Conselho da Europa que esteve em Coimbra, em Janeiro: “ A luta pela liberdade em Portugal está hoje a ser exercida na luta pela liberdade em educação”

Se não vejamos:

Vou começar pelo ponto 3.

O que é que vai acontecer num futuro próximo?

Os colégios Rainha Santa e São Teotónio vão fechar?

Não me parece. Os que vão fechar são aqueles, como o Pedro Teixeira em Cantanhede, frequentados por alunos cujos pais fizeram aquela escolha, mas obviamente não têm condições económicas para a pagar do seu bolso, para além do que já pagam em impostos. Esta situação, a verificar-se, irá provocar uma enorme desestabilização e problemas sérios de adaptação dos alunos envolvidos a outras escolas. Já o colégio Rainha Santa e S. Teotónio, por exemplo, como já acontece em colégios de Lisboa e Porto, irão investir em currículos diferentes - ao deixarem de ter contratos, já não têm esta obrigação de manter o currículo estatal - projectos

diferentes, vão potenciar talentos, acrescentar valor á formação nomeadamente internacionalizando-a.

Quem vai ter acesso a esta formação privilegiada?

As crianças e jovens cujos pais podem pagar.

As outras vão frequentar “ Centros Educativos”. Só a nomenclatura é assustadora! Aliás, como “à parte” posso dizer que frequento o Mestrado em “ Cultural Studies”, onde na cadeira de Culturas Contemporâneas, são revisitados conceitos básicos como Identidade, Cultura, Multiculturalismo, Educação, Escola. A palavra “escola” tem um conteúdo semântico e epistemológico secular, cuja tradução em várias línguas tem uma fonética parecida, o que por si só revela a sua consistência.

Como vai ser agora?

Para onde vai o nosso filho de 3 anos? Para o jardim-escola? Não. Vai para o Centro Educativo.

E o que tem 7? Vai para a escola? Não, vai para o Centro Educativo.

E como se traduz Centro Educativo?

Traduzi recentemente, há 2 anos, no âmbito do grupo de trabalho ECD-DH , Educação para a Cidadania e Direitos Humanos, a que pertenço, o perfil de Portugal em termos de Educação para a Página Web do Conselho da Europa. Ainda lá está. Confesso que vou ter alguma dificuldade, se vier a caber-me contribuir para actualizá-lo, de novo.

Como é que se traduz Centro Educativo/ Centro Escolar?

Centre Educatif? Scholarly Center? E em espanhol? “Nuestros niños ahora van al Centro Educativo”

Pois é, mas são estes “CE” com currículos nivelados “por baixo”, onde vão dar aulas professores muito competentes, mas desmotivados por decréscimos ilegais nos seus salários, um exagero de tarefas burocráticas, uma avaliação arbitrária e injusta, falta de liberdade para aplicar o mínimo de originalidade ou de critérios personalizados neles ou nos seus alunos, formatados de acordo com uma narrativa única, efabulada a partir de estudos como o recentemente encomendado pelo ME a propósito da rede escolar de Coimbra.

É preciso não ter medo e questionar claramente.

A Universidade de Coimbra pôs a sua chancela neste estudo?

Não havia técnicos na Direcção Regional que pudessem fazê-lo?

Quem é que o fez? Quem é que lhe forneceu dados?

Que relação tinha e, com certeza, pretende continuar a ter com o ME?

Quais os interesses económicos subjacentes?

Em que condições, em que instalações, com que meios foi feito?

Quem é que encomendou? Quando? Como? Porquê?

Quem é que pagou?

Estas e outras questões estão a ser objecto de um estudo, levado a cabo por professores universitários de Coimbra, da Faculdade de Economia, mas também do Porto, de Évora e de Lisboa apresentar em conferência de imprensa na próxima 5ª feira.

Mas há mais, no que respeita á utilização do Ensino Privado.

Como sabemos, até do nosso senso comum, é na nossa infância e na adolescência que constituímos a nossa identidade, que desenvolvemos competências sociais, que estabelecemos as nossas amizades mais verdadeiras.

Às gerações que nos seguem, vai ser negada a oportunidade de conviverem, de criar laços, de trocar experiências, de conhecer realidades diferentes, porque vão ser separados por poderem pagar, ou não, uma educação à sua escolha.

Sejamos realistas, é nestes colégios que vão formar-se as elites que vão dirigir a política, as universidades, os hospitais e até, os centros educativos e os megas agrupamentos.

É a própria democracia que fica comprometida.

Os actuais responsáveis políticos vão ficar na história como os responsáveis por uma clivagem antidemocrática na população ao promoverem a desigualdade de oportunidades na raiz das suas gentes, as crianças e os jovens.

E não falo em Governo, nem em Partido Socialista, de propósito, porque sei que muitos dos que estão aqui, na bancada socialista e nas outras, concordam comigo.

Os meus antigos directores regionais socialistas já expressaram publicamente posições muito semelhantes. Veja se a entrevista do Dr. José Afonso Baptista, às Beiras, na semana passada, ou o seu artigo no Expresso. Aliás, a expressão “Elitização da Educação” é dele, fazia parte do título do artigo do Expresso.

Também o Dr. Jorge Sampaio, a quem ouvi recentemente numa Conferência sobre Diálogo Inter - religioso, na Universidade Lusófona, que ele próprio promoveu, não me pareceu que estivesse de acordo com estas atitudes que, mais tarde ou mais cedo, vão pôr em causa a permanência de certas ordens religiosas em Portugal.

E não se pense que as escolas ditas públicas estão todas de acordo com estas posições políticas, com esta verdade única, que não é mais do que mentiras muitas vezes repetidas até parecerem verdades. Não estão, não. Também estas e os seus responsáveis, que deram já mais que provas da sua idoneidade, inteligência, isenção, empenho, sofrem na pele a prepotência e arrogância diária, a imposição permanente de medidas com que não concordam e para as quais não foram ouvidos.

Ainda ontem a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Alice Gouveia, escrevia no Diário de Coimbra, referindo-se ao mega agrupamento que vai ser constituído: “ a eventual implementação de um processo desta natureza não se compadece com visões de pendor experimentalista, nem com uma aplicação apressada, logo, pouco reflectida.”

Esta política estatizante, “soviética “ou “pró estalinista” como lhe chamou o deputado Pedro Duarte na semana passada da Assembleia da República, esta falta de respeito pelos professores, pelos alunos, pela iniciativa privada, vai acabar mal.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):

“Hoje vou falar de dois assuntos muito breves.

Vou entregar à Mesa um voto de Pesar, pelo Sr. Dr. Manuel de Oliveira Chaves Castro Correia de Encarnação, como sabem foi há poucos dias sepultado no cemitério da Conchada.

Estou sensibilizado porque esse Voto de Pesar foi subscrito por todos os grupos desta Assembleia Municipal.

Quero também, que efectivamente pelo dia triste pelo um lado, onde encontrei pessoas que não via há longos colaboradores de Chaves e Castro, e com quem eu fui também amigo e colaborador.

Outro assunto que já foi focado aqui, é que não posso compreender, isto encadeia-se em afirmações que responsáveis governamentais têm feito desde há alguns tempos para cá, que vão, arranjar uma nova lei de bases do ambiente.

Ora a lei de bases do ambiente, foi a primeira que pareceu neste País que passados tantos anos, nem sequer foi regulamentada, mas sucessivamente alterada, através de diplomas, todos com menor dimensão e sem tanta importância foi alterada e atropelada.

Isto, tem ligação com outro elemento fundamental da lei de bases do ambiente não concebo as duas sem o ordenamento, também não concebo os planos de ordenamento que tem estado a ser lançados e, como é obvio, em concreto na capital deste País, que levaram à extinção de autarquias, não só freguesias mas também municípios. Não se lembram, não sabem ou ignoram que a grande remodelação e a horrível remodelação que houve no século XIX que levou a extinção de tantos e tantos municípios, foi muito mal feita e foi um desastre. O municipalismo não é da 1ª República, nem da monarquia é milenar e portanto, falar em acabar com freguesias, que tenham vinte eleitores, ou tenham oitenta mil eleitores, ou com municípios com menos eleitores ainda, e muito mais eleitores sem haver um plano prévio de ordenamento do território é coisa que nunca neste País existiu nem ordenamento nacional, nem ordenamentos municipais, sem haver um ordenamento prévio do território não se concebe efectivamente que se extingam autarquias.

Fundamentalmente quero focar, porque estou muito ligado a esse sector, choca-me pessoalmente o problema das freguesias. Foi uma criação do século XIX, foi uma coisa boa, a separação nesse sentido, porque as freguesias, graças a uma luta que durou anos, conseguiram satisfazer mais neste País do que o princípio da solidariedade foi mais um elemento introduzido, valioso porque só em Portugal é que há freguesias.

Portanto, as freguesias tem de ser respeitadas, não podem ser destruídas ad hoc tem de ser valorizadas e potencializadas todas as suas possibilidades, como autarquias mais próximas dos cidadãos.

Por isso, é que eu me congratulo com a posição já tomada coma a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com aquela que foi tomada aqui em Coimbra, e congratular-me com aquela que foi agora a presença e o apoio as palavras que foram produzidas então do Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Portanto, aquela luta que começou aqui em Coimbra, no antigo Teatro Avenida com criação da Comissão Organizadora da Associação Nacional de Freguesias, que se congratizou no ano seguinte no 1º Congresso no Palácio Cristal em Lisboa, estou a ver que não pode acabar, é uma luta que tem que continuar.

E na qual presto a homenagem também ao grande impressionador e a todo aquele grupo de autarcas que estiveram connosco, através da Comissão Organizadora órgãos, que lutaram para isso, e à frente o Dr. José Gonçalves Sapinho tinha sido

deputado da Assembleia Constituinte que foi Presidente da Assembleia de Freguesia da Benedita e que foi Presidente da Câmara até ao último mandato. É este o meu apoio, estou com as freguesias os Presidentes de Junta não são de segunda categoria têm de estar aqui no seu pleno direito ou arranja-se uma nova Assembleia para as Freguesias.”

VOTO DE PESAR

Faleceu há pouco, mais uma referência marcante para o prestígio e desenvolvimento de Coimbra. Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Coimbra, exerceu notável acção neste domínio e, num sentido mais vasto, no desenvolvimento da Cultura dinamizando-a ao propagá-la e ao dar-lhe apoio, incentivando neste sentido as Colectividades e Grupos em todos os domínios, especialmente os mais próximos dos cidadãos: arte, música, teatro, folclore, todos, enfim, lhe despertaram a atenção e o incentivo.

Não podemos deixar de fazer uma referência importante quando entramos no domínio Social e, depois no da Saúde. Das 18 Casas do Povo do Distrito que existiam antes de 1973, uma, a de Ceira, sofreu a forte influência da sua presença e, assim, foi das que “não deu trabalho” quando, por imposição exterior -esta boa-o regime de Previdência foi alargado aos trabalhadores e pequenos produtores rurais. Mas só através das Casas do Povo, cuja cobertura total foi concluída em 1972/73.

E, só quem o conheceu, apreciou o seu fino trato, a sua calma afabilidade, a sua simpatia para com todos.

Para além do muito mais que haveria a referir, é de toda a justiça propôs a esta Assembleia um sentido VOTO DE PESAR pelo falecimento do Dr. Manuel de Oliveira Chaves Castro Correia de Encarnação, dele dando conhecimento a toda a sua Família, em especial a sua Mulher e seu Filho.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Trazem-me aqui três aspectos que acho oportuno serem referidos. Mas como os únicos são os primeiros, devo começar exactamente pelo princípio.

Sei que a Prof^a Helena Freitas nos vai abandonar, é público é notório, que nos vai abandonar enquanto membro da Assembleia Municipal.

Portanto, da nossa parte de bancada, e de mim em partícula, devo-lhe três palavras. Antes de mais a Sra. Doutora teve o brilho nesta Assembleia que nós gostamos de assistir.

As suas intervenções acrescentaram-se sempre, trouxeram elevação, trouxeram brilho, a esta Assembleia o que não é usual e por isso nós agradecemos-lhe muito.

Em segundo lugar, ao contrário eventualmente de outro, dizer-lhe pessoalmente que para mim é uma perda nesta Assembleia porque nós gostamos que os debates quando sejam na diferença sejam sempre grandes debates, e quando tenhamos que estar juntos, estarmos juntos com pessoas que sempre gostamos de estar.

Devo-lhe dizer, que tanto num momento como noutros, estou a lembrar-me em momentos que divergimos, momentos esses alguns mais importantes que sempre estivemos de acordo, foi com imenso prazer e devo-o dizer com imensa honra que a acompanhei nesses momentos, devo dizer que compreendo que abdique, as pessoas livres sabem dizer não em algum momento. Também acho-me um homem livre, e

nos momentos, temos sempre a liberdade, o mais difícil é ter a liberdade de dizer não. E mesmo não achando que eventualmente fosse compatível acho que o esforço a dedicação que tem que ter, eventualmente alguma incompatibilidade justificam perfeitamente um gesto nobre que tem que é o gesto apesar de nos entristecer de nos deixar sem a sua presença.

Em terceiro lugar naturalmente Dr. Helena desejar-lhe no novo cargo, os maiores êxitos, os maiores sucessos.

Nós precisámos que a Universidade de Coimbra seja, a melhor Universidade do País, a melhor Universidade do Mundo e tenho a certeza com os seus fazeres, com os seus conhecimentos com os seu saber, com a sua vontade com a sua energia, vai concerteza acrescentar muito à Universidade de Coimbra. Desejo portanto com toda a sinceridade os maiores sucessos neste novo e missivo cargo que vai ocupar.

Em segundo lugar, terminado que está este ponto, que para mim e o mais importante de todos, porque do outro ponto é o dia-a-dia da política. Tem haver com a questão da Empresa Municipal de Turismo.

Não posso obviamente perante proposta que existem neste momento na mesa, não posso deixar de tomar uma posição sobre isso.

Eventualmente até compreendo os argumentos que são utilizados tanto pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista.

Mas o que quero dizer, e digo isto, é também a experiência da vida, é que nós não devemos tomar posições precipitadas, tenho sérias dúvidas sobre a continuação da Empresa Municipal de Turismo, mas acho que nós devemos dar a hipótese de se fazer, rapidamente, fazendo considerando a criticar, é estranhamente fácil. Quero dizer ao deputado André Oliveira que criticar instituições, criticar pessoas, é o mais fácil que há, e sobretudo se forem até críticas a pessoas ou a instituições que forem infundadas.

Por isso, acho que mesmo tendo dúvidas, nós devemos dar a possibilidade à Câmara Municipal o mais rapidamente possível, ou seja na próxima Assembleia Municipal apresentar um relatório exaustivo sobre a situação da Empresa Municipal de Turismo e que traga também aqui uma decisão definitiva sobre a Empresa Municipal de Turismo e sobre a questão do Turismo, estamos disponíveis para se discutir isso.

Há também esta velha questão em que eu apoiei o Dr. Carlos Encarnação na sua decisão sobre adesão a esta estrutura Empresa Municipal.

Portanto, porque não, neste momento abrir a discussão mas encerra-lá com rapidez para temos conhecimento das coisas.

Ou seja, dar ao Executivo a possibilidade de tratar deste assunto, de com seriedade estudar este assunto rapidamente e apresentarmos aqui na próxima Assembleia Municipal a sua decisão sobre todas as questões relacionadas com o Turismo de Coimbra.

Portanto, eu tentaria, digamos juntar as duas moções numa única moção, dando a possibilidade de nós podermos tomar uma decisão fundamentada. Acho que as coisas não estão a ser bem feitas, também acho que o dinheiro está a ser gasto superfulamente, também acho que os objectivos podem ser outros. Eu quero ter a certeza, eu quero com seriedade, confio na vereação e no Presidente da Câmara,

com seriedade se apresente aqui uma proposta fundamentada de qual é o percurso seguinte é extinguir, o tema não será extinguir mas será dissolver. É dissolver por isto por isto, e por isto...

A nossa proposta é uma proposta simples, sem partidarismo digamos, não há nada de mal nas questões partidárias, mas a recomendação, até porque nós vamos recomendar a extinção, a primeira decisão será da Câmara Municipal e depois virá á Assembleia.

A nossa recomendação é a seguinte:

Para que sejamos sérios, para que, quando eu possa confrontar alguém pessoalmente politicamente, olhos nos olhos e o possa fazer com seriedade

A nossa recomendação é a seguinte:

1- Considerando as dúvidas existentes, sobre os objectivos, o funcionamento e os custos da Empresa Municipal de Turismo;

2- Considerando a situação grave, em que o País se encontra e que obriga o corte de todos os gastos, eventualmente supérfluos;

3- Considerando que devem ser sempre salvaguardadas os interesses maiores de Coimbra, bem como o das pessoas nomeadamente as que aí trabalham com dedicação;

Propomos:

1-Que o Executivo Municipal apresente um relatório exaustivo da situação da Empresa Municipal de Turismo, vem como uma proposta à Assembleia Municipal sem excluir uma eventual dissolução da mesma, ou a colocação em órgãos supra regionais.

Portanto deixar tudo em aberto queremos discutir em ponto próprio na Assembleia Municipal com uma proposta do Executivo e fundamentada.

2-Que este assunto seja agendado em ponto próprio na próxima Assembleia Municipal.

Portanto, a nossa proposta é que a Câmara Municipal apresente aqui com exactidão a situação e que nos apresente uma proposta concreta o que pretende fazer à Empresa Municipal de Turismo.”

Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):

“Vou ser muito breve, quero fazer uma intervenção curta de forma muito pessoal, e lamentavelmente, não queria que isto tivesse sido do domínio público, antes de apresentar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal formalmente a minha renúncia ao mandato à Assembleia Municipal, mas infelizmente as coisas ultrapassaram e as notícias facilmente se deixam divulgar e por isso queria pedir desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por esta notícia ser pública ante de ter a oportunidade de falar com o senhor Presidente da Assembleia.

De facto, decidi renunciar ao mandato, após a minha nomeação como vice-reitora da Universidade de Coimbra.

É certo que todos podemos ter as mais diversas interpretações, aliás tenho que agradecer as palavras do Dr. Maló de Abreu, que muito me emocionaram, foram realmente palavras muito amigas às quais agradeço.

De facto é como ele disse, é precisamente por me sentir livre e sempre me senti livre que eu entendo que nesta altura devo fazer esta opção.

Não é apenas a Assembleia Municipal de Coimbra que vou deixar, vou deixar muitas outras funções, que me dizem muito e às quais até estou ligada efectivamente há muito tempo, que é a Direcção do Jardim Botânico de Coimbra dentro de alguns tempo, não vou deixar já porque tenho alguns projectos em curso e pesados demais para que os transfira para outras pessoas.

Concretamente entendi que o caso da Assembleia Municipal de Coimbra fazia sentido deixar, de forma mais imediata, porque as funções que vou desempenhar no âmbito da Universidade de Coimbra, uma Instituição certamente emblemática e muito importante para a Cidade de Coimbra e que me honro naturalmente pertencer. É de facto um pelouro novo, é um pelouro que visa construir e que visa, de facto, transformar as relações institucionais na vertente mais estratégica do desenvolvimento da Universidade de Coimbra.

Penso que esta dimensão, esta nova forma de proporcionar o conhecer digamos da melhor estratégia da Universidade me obriga a sentir que tenho pelo menos toda a liberdade de dialogar com aqueles que são os interlocutores privilegiados desta instituição.

A Câmara Municipal de Coimbra é certamente um dos interlocutores mais privilegiados que a Universidade tem para crescer e para efectivar o seu estudo.

Portanto entendi, que era melhor também porque sei hoje o que é política formal, um pouco melhor do que sabia há um ano atrás, é melhor não ter nenhum título de condicionalismo, é melhor que as pessoas vejam em mim, uma pessoa também livre desse ponto de vista e capaz de fazer entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Universidade de Coimbra uma aliança estratégica importante para o desenvolvimento de ambas as instituições.

E por isso, nessa perspectiva e por respeito à Câmara Municipal de Coimbra com respeito à Assembleia Municipal de Coimbra e por respeito à Universidade de Coimbra, eu entendi que era mais importante, nesta altura exercer em pleno as funções de vice-reitora da Universidade de Coimbra.

Por isso o fiz, é evidente que a decisão é minha, o julgamento é vosso.

Para terminar, queria agradecer de uma forma muito sincera e sentida a colaboração e a amizade que fui sentindo em todas as bancadas em todos os membros deputados desta Assembleia Municipal. Em especial do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do Senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores da Câmara Municipal de Coimbra.

Senti sempre da parte de todos, um acolhimento muito fraterno e agradeço de uma forma muito especial, saiu naturalmente mais rica porque foi uma experiência muito também na vida pessoal e na minha vida profissional, é claro que também devo um agradecimento muito particular ao Partido Socialista e à Bancada do Partido Socialista que soube aceitar a minha liderança, apesar dos nossos vínculos serem relativamente recentes. Apesar disso soube crescer comigo, e soube acolher-me também nessa liderança.

Queria desejar as maiores felicidades a todos a esta Assembleia Municipal, e que de facto possa continuar a produzir as políticas municipais que a cidade precisa e diz-lhes também que tem na reitoria da Universidade de Coimbra, um elemento que estará sempre também, digamos com amizade, de portas abertas para aquilo que for

necessário, quer a título individual, quer para as Juntas de Freguesia, quer para a Câmara Municipal de Coimbra.

Muito obrigada a todos pela vossa amizade.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Temos de estar sempre preparados para tudo, sobretudo quando temos entre nós no nosso seio uma pessoa com o gabarito e da grandeza, do brilho como a Professora Helena Freitas.

Devo dizer-lhe que sempre tivemos de si, Prof^a. Helena Freitas, uma atitude muitíssimo dialogante, muitíssimo receptiva, muitíssimo capaz de procurar consensos e por isso, quero dizer publicamente, e decerto todos os membros desta Assembleia Municipal nisso me acompanham, foi de um enorme prazer e privilégio trabalhar e partilhar consigo, a defesa dos interesses da nossa cidade.

A sua ausência, Prof^a Helena Freitas, convictamente lhe digo em muito vai empobrecer a nossa bancada, sentimento que de igual modo julgo poder estender a todos os que compõem esta Assembleia.

A Senhora deputada Prof^a Helena Freitas, sempre que aqui teve ocasião de usar da palavra, fê-lo pelo essencial, em favor de Coimbra e com raro brilho, pertinência, sabedoria e enorme pedagogia.

A sua personalidade forte, inteligente e culta, deu categoria cívica a esta Assembleia Municipal imprimindo-lhe um notável sentido democrático.

Entre nós, membros da sua bancada, do Partido Socialista, a Prof^a Helena Freitas constituiu um soberbo reduto de generosa solidariedade, de arreigado humanismo e poder de convencimento, afirmado numa dimensão ética, sabendo, como ninguém, distinguir os valores dos interesses.

A Prof^a Helena Freitas proclama entre nós o respeito, com um empenho tão corajoso quanto discreto, alicerçado numa vontade séria de primeiro nos escutar, para decidir.

Por isso, de todos nós, socialistas hoje aqui, o nosso muito obrigado.

Permita-me que nós socialistas, cidadãos de Coimbra, hoje aqui, nos despedimos com um “até sempre” Senhora Vice Reitora.

Pelo bem da nossa Universidade e da nossa Cidade, compreendemos a sua nobre atitude democrática, nem sempre seguida por outros, com mais obrigação de o dever fazer. Que o seu exemplo frutifique.

Muitas felicidades, Prof^a. Helena Freitas, Senhora Vice Reitora.”

Aprovação de acta:

Previamente distribuída a minuta da acta da última Assembleia realizada a 28 de Dezembro, foi a mesma aprovada, com 1 abstenção da deputada Ana Paula Pinto Bravo por não estar presente na mesma reunião.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação as moções apresentadas à Mesa:

Posta à votação do voto de pesar atrás transcrita.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o **voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manuel de Oliveira Chaves Castro Correia de Encarnação.**

Sobre o pedido de distribuição do **manifesto de defender a escola pública** atrás transcrito

O deputado Maló de Abreu disse o seguinte:

“Sobre este assunto e como se sabe em relação à educação nós temos uma posição clara, também relativamente à escola privada.

Portanto, sendo certo, que nós achamos que, não deve haver desinvestimento na educação e deve-se continuar a defender a escola pública, estranha-nos que neste manifesto, não se fale de todo um conjunto de aspectos ou pelo menos de alguns dos aspectos que se relacionam com as escolas privadas, e com as dificuldades, que todos nas escolas privadas, hoje, atravessam.

Era este ponto digamos que me interessava sublinhar agora.

Porque para nós se é muito importante que a escola pública, seja defendida, é igualmente importante que, a educação no seu conjunto, seja defendida. Portanto, a escola privada, no melhor que ela tem de alunos de professores, de gente que lá trabalha, também seja tida em atenção e em conta.”

O deputado Ferreira da Silva disse:

“O Partido Socialista vai votar contra este manifesto porque considera um fundamento anti pedagógico.

Nós ainda à vem pouco nos recordamos, que havia professores em escolas a dar aulas a um ou dois ou três alunos, que este governo teve a oportunidade de fechar e a coragem mediante do dever constitucional de fechar mais de mil escolas que trabalhavam com poucas crianças, alargou o período da escola pública pelo menos para as 17 horas.

Portanto, a carência de fundamentação deste manifesto é verdadeiramente insuficiente para o pudermos votar, daí o nosso voto contra.”

Posta à votação o requerimento apresentado à Mesa da Assembleia Municipal o mesmo foi reprovado com 36 votos contra e 10 abstenções.

Declaração de voto de Margarida Fonseca:

“Queria lamentar e sublinhar, que esta é a primeira Assembleia Municipal de um concelho onde este manifesto, não é aprovado.

Este manifesto tem estado a ser aprovado em todas as Assembleias, com algumas abstenções. Já agora referir ao que o Dr. Maló de Abreu dizia que é evidente que a escola pública, que este manifesto referi é, a escola pública da responsabilidade total do Estado, mas que, os proponentes deste manifesto, consideram que escola pública, é aquela que dá resposta pública.

Em relação ao deputado da bancada socialista, é evidente que com este governo do Partido Socialista a escola pública, e a educação em geral não melhoraram, bem pelo contrário pioraram bastante.

Lamento como membro desta Assembleia Municipal da Cidade de Coimbra que pela primeira vez, esteja este manifesto, porque votar contra um manifesto desta natureza, é estar contra a defesa da escola pública, é estar contra a um dos princípios consagrados na constituição.”

Seguidamente foi posta a votação recomendação ao Executivo apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o **Pequeno e Médio Comércio da Baixa**.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade esta recomendação.

Relativamente às moções apresentadas e atrás transcritas sobre a **Empresa de Turismo Municipal** e apresentadas pelo PS, e BE, uma proposta da Coligação por Coimbra, foi novamente aberto o debate sobre esta matéria.

O deputado Pinto Ângelo disse o seguinte:

“Em relação à matéria que nos foi aqui suscitada por duas abordagens distintas, quer a moção apresentada pelo PS, quer a recomendação apresentada pelo BE, já na sequência da que fez na Assembleia de Dezembro passado, naturalmente que a CDU, muito mais do que emitir um juízo de valor, em relação às propostas apresentadas, se preocupa com a eficácia das mesmas. Muito mais do que estarmos aqui a fazer, como não deixará de vir aqui o Partido Socialista ou outro qualquer, vestir a camisola amarela, dizer que já tem dito, aquilo que nunca disse ou dizer aquilo que alguém já tinha dito há muitos anos atrás.

Estamos de acordo que, e afirmamos à nossa perplexidade em relação ao funcionamento da Empresa Municipal de Turismo na Assembleia de Dezembro do último ano.

Consideramos que efectivamente não está a cumprir os objectivos para que foi criada, mas, mais do que fazermos declarações pior em relação ao seu facto, o que nos interessa a nós é que o Executivo, entidade capaz de propor, porque é a ele que lhe compete para a nossa deliberação definitiva e segura em relação a esta matéria que assuma as suas responsabilidades.

Fizemos um esforço e não descartando uma apreciação mais em concreto sobre a matéria, nós achamos que a moção apresentada pelo bancada PS, independentemente da eventual bondade de intenções, que subjazem tem um por suposto que, em minha opinião pode trazer alguma ilegalidade ou uma ilegalidade discutível que é, o transporte de eventuais contratados colaboradores, genericamente designados por “boyos” transportá-los para o Município de Coimbra. Tenho alguma dúvida que, naturalmente a um lapso de redacção, se considerasse uma situação desta de integração dos colaboradores ad hoc, como está proposto poderia-se dar nesta Empresa Municipal como em qualquer outro departamento da Câmara exactamente igual e da mesma forma.

Não vale apenas andar aqui a tirar poeira para os olhos, porque é exactamente da mesma maneira.

O que está aqui, na minha modesta opinião, emite-me a orientação que, no mínimo é da legalidade duvidosa.

Daí, só por este mero facto, deverá ser reponderada esta exigência de integração de todos os colaboradores que hoje estão na Empresa Municipal de Turismo.

Como é duvidoso da sua legalidade tenho fortíssimas dúvidas, que hoje até pelas lei aprovadas pelo Governo do Partido Socialista que isto seja possível.

São matéria meramente formais, que nos esgotam aquilo que é essencial que é a necessidade de fazer uma apreciação sobre a necessidade de manutenção da Empresa Municipal de Turismo.

É para nós, não uma questão de princípios a manutenção de empresas públicas a manutenção do serviço público, isso sim, é que é um princípio que para nós é fundamental.

A manutenção do serviço público desde que seja garantido, pelas instituições públicas, para nós é essencial.

Pensamos e porque tivemos e fizemos todo o esforço que resultasse uma posição que na próxima Assembleia Municipal se discutisse esta matéria com base e sem limites na sua discussão.

A esta recomendação trazida aqui pelo deputado Maló de Abreu, que entrega uma discussão ampla sem limites desta matéria, que estas propostas que foram apresentadas quer pelo BE, quer pelo Partido Socialista estejam já em carteira e previamente agendadas num ponto que será obrigatório e aberto na próxima Assembleia.”

O deputado Serafim Duarte

“Para o deputado Maló de Abreu uma primeira nota com lealdade mas com frontalidade, saca sempre da carteira a questão da seriedade.

Quando fazemos propostas, fazemos propostas sérias, podem não colher digamos o apoio, a compreensão a aceitação da outras bancadas. As nossas propostas são sempre sérias!

A segunda nota: A nossa proposta é inequívoca em relação aos efeitos, nós propunhamos a extinção e a integração dos trabalhadores provenientes do quadro de pessoal do município, ou seja a continuação nesse quadro.

Sobre essa matéria é absolutamente inequívoca.

Damos de barato, não nos causa qualquer obstáculo, qualquer objecção, que tendo em conta a proposta que, foi apresentada pelo deputado Maló, não nos causa nenhum rebuço que esta matéria possa ser agendada, de facto, para uma próxima Assembleia, até porque, creio que, ganharemos em esclarecimentos nomeadamente nos contornos do quadro pessoal da empresa. Que tipo de vínculos e contratos como é que tem os colaboradores.

Não por questões como o deputado Pinto Ângelo apontou, na minha óptica de legalidade. Porque a questão que se coloca honestamente é assim:

Não sei qual é o quadro de colaboradores da Turismo e Centro neste momento.

Não sei qual é a natureza do vínculo, que eles tem, se colocássemos na perspectiva, com a nossa formula mas admitindo que os trabalhadores que tem vínculo ao município assim ficam, o resto que se poderia colocar era, que os colaboradores que estão contratados transitassem com a mesma natureza de vinculo natural que têm na empresa, ou seja se são precários, se são contratos a termo, transitariam também para a empresa com contrato a termo.

Isto coloca várias questões. Não propriamente de legalidade mas de justiça. Uma primeira é a questão, de abrir a porta do cavalo, para entrarem nomeadamente no município trabalhadores que não foram objecto de concurso público. Portanto, é um atropelo no fundo das mais elementares normas de acesso neste caso.

Por outro lado, coloca-se a questão e nós defendemos sempre a transformação de contratos precários de natureza permanente sempre aos que correspondam à necessidade da empresa, de que eventualmente trabalhadores terem sido contratados a prazo possam efectivamente também possam ser salvaguarda no fundo a sua situação laboral e profissional.

De modo vimos aqui uma certa bivalência, e portanto não há nada como esperar pela próxima Assembleia, fazer votos que venha de facto a esta Assembleia um relatório circunstanciado e claro inequívoco sobre estas matérias, particularmente sobre esta incidência da questão da natureza dos vínculos laborais e do quadro de pessoal, nessa altura discutiremos e tomaremos uma decisão.”

O deputado André Oliveira sobre este assunto disse o seguinte:

“Quero dizer ao deputado Maló que não existem aqui posições precipitadas, existem dados claros e inequívocos. Como resultados pouco positivos do Turismo de Coimbra, isolamento do centro, má gestão dos dinheiros públicos, no fundo estamos no fim de uma falência técnica, só não vê quem não quer.

O PS não fala de core, olhou para os relatórios de actividades e para os relatórios e contas. Não sei se outras bancadas o fizeram para estarem aqui a levantar certas e determinadas questões.

Portanto, não nos parece que a critica não está no cenário, está aos olhos de todos a situação se entendermos todos que é uma critica fácil.

Já entendemos que o senhor deputado, enquanto líder da sua bancada concorda com a dissolução da Empresa municipal, mas, hoje não pretende votar assim, nós naturalmente que respeitamos.

É sabido como tal, que o PS está aqui acima de tudo para defender Coimbra, como tal, como estamos aqui para apoiar a Coligação, vamos facilitar a vida a esta Assembleia Municipal. Portanto, vamos aguardar, pela próxima Assembleia Municipal, por um agendamento em ponto próprio, uma vez que, já vamos estar nessa altura a discutir a dissolução da Empresa Municipal de Turismo. Nunca esquecendo que o PS, no fundo está aqui a dar a mão, à Coligação, para que não seja uma teimosia de Coimbra que tem cabelos brancos.

A moção fica retirada até à próxima Assembleia.”

Presidente da Junta de Freguesia de St^a Clara:

“Peço desculpa de vir falar de uma coisa que não é do tema.

Há pouco levantei o braço para responder ao Presidente de Junta de Souselas, o senhor Presidente da Assembleia disse-me para falar com ele, é de lamentar que o senhor não tem a mesma atitude com outros deputados porque alguns podem falar quando sendo lesados.

Quero aqui dizer porque isto fica gravado, que não disse que queria extinção de nenhuma junta, só aqui falei por a inerência que aqui temos em comparação da

Assembleia da República. Por exemplo a Assembleia da República não tem lá todos os Presidentes de Câmaras. Alguns concelhos têm dois e três e alguns concelhos não têm nenhum.

Era só isso que queria comparar.”

Intervenção do deputado Maló Abreu:

“Fico meramente satisfeito no fundo de termos chegados todos a um acordo.

Efectivamente por uma questão que nós consideramos importante. Sobretudo esta ideia, de que estamos disponíveis, todos para se discutir este assunto, trazendo-nos a Câmara os dados que nós entendemos que são fundamentais, fundamentar a decisão da própria Câmara, quem tem que tomar uma decisão é o próprio Executivo Camarário, sinceramente confio naturalmente no Presidente da Câmara no vereador com esse pelouro e na Câmara em si, para que esta decisão possa ser tomada.

Mas, mais do que isso, nós o que aprovamos aqui hoje, foi o que queremos discutir enquanto Assembleia Municipal, queremos discutir esse assunto e discutir essas decisões que a Câmara vai tomar sobre a Empresa Municipal de Turismo.

Deixamos tudo em aberto, queremos discutir tudo, com clareza.”

Posta à votação a recomendação feita ao Executivo Municipal apresentada pela “Coligação Por Coimbra” a mesma foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

Eu votei favoravelmente a recomendação, mas se calhar deixava também uma recomendação importante, tanto quanto esta: é que, se fosse possível a partir de hoje, a Empresa Municipal de Coimbra não efectuar qualquer contrato ou deslocação ou a vinda de qualquer tipo de artista a Coimbra.

Porque estamos aqui a discutir dinheiros públicos, e isto pode ser muito perigoso para Município de Coimbra.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre **Implementação de um Orçamento de Base Zero**.

Foi a mesma aprovada com 9 votos a favor e 45 abstenções.

Declaração de Voto de Serafim Duarte:

“Queria fazer uma declaração de voto e um reparo.

Mais uma vez, Senhor Professor não resiste à tentação de dirigir e condicionar o voto da Assembleia.

Desta vez com um argumento, sem argumento nenhum, não há nenhuma objecção técnica é uma coisa das mais elementares que existe, isto é:

Um orçamento é feito com base de um orçamento anterior, metem-se mais umas migalhas, ou broas inteiras...

Um orçamento zero é um procedimento técnico não tem nenhuma objecção que é assim:

Todos os serviços têm de avaliar, quais são de facto necessidades reais para o funcionamento e investimento, de cada sector e tem de fazer uma proposta

fundamentada de orçamento, isto é, na vez de inflacionarmos sempre isto não há nenhuma objecção técnica, é um procedimento racional.

É lamentável, claro que a Câmara fará o que bem entender é uma recomendação e o Executivo Camarário fará como bem entender, não tem qualquer vinculação. Mas é demais elementar bom senso que isto fosse aprovado não com 45 abstenções, mas bastem-se porque?

É que isto é um mau sinal.”

Por último foram colocadas à votação as moções apresentadas pelo deputado municipal Mário de Carvalho atrás transcritas, respectivamente **Situação da Insalubridade do Edifício da Rua Emídio Navarro e Uma cidade com melhor Mobilidade e Acessibilidades - Hospital Pediátrico**, as quais foram provadas por unanimidade.

Intervenção do Presidente da Câmara:

Umhas breves notas, algumas delas naturalmente resultado de questões que foram aqui sendo postas durante esta sessão.

Primeiro, quero lembrar que a partir da sessão de hoje, espero que para sempre, passará haver água de Coimbra, em vez de haver água engarrafada. Ainda com copos de plásticos mas espero muito em breve que seja possível passar a copos recicláveis. Aos poucos começamos todos a beber água de Coimbra que é a melhor água do País.

Queria também endereçar daqui e de uma forma pública, um cumprimento especial à nova equipa Reitoral e em particular ao novo Reitor da Universidade de Coimbra, recentemente eleito.

Aliás inusitadamente não é costume no seu discurso de posse o novo Reitor Prof. Dr. Gabriel Silva fez uma extensa alusão à relação entre a Universidade e a Câmara Municipal de Coimbra como representante política da Cidade.

Queria saudar essa forma de iniciar o seu mandato, dizer que evidentemente deste lado tem interlocutores que têm pelo menos tanta vontade como o novo Reitor, de fazer um bom trabalho, em prol da nossa Cidade e da nossa Região. E esperar, tendo a certeza que isso vai acontecer, que nos próximos anos a relação entre a Universidade e a Cidade que tanto se fortaleceu nos últimos anos, que possa ainda ser melhor do que já tem sido, em prol do bem do nosso território.

A propósito de equipa reitoral não posso deixar de dar um cumprimento especial a quem nos vai deixar a partir de hoje, à Dra. Helena Freitas desejando-lhe naturalmente agora do outro lado, que continue a contribuir para esta causa comum que acabei de enunciar.

Na Assembleia certamente quando saí um, vem outro, mas há uma sensação de perda que já aqui foi dita por alguns membros, o que gostava de dizer que também que comungo dela.

Certamente desejamos o melhor a quem a vier substitui-la desejamos que esteja a sua altura, foi um gosto também deste lado estar aqui a trabalhar consigo.

Depois, houve várias intervenções sobre o Centro Histórico, da crise da Baixa.

Queira dar aqui uma informação, em público, depois de muitas vicissitudes está finalmente ser constituído o primeiro fundo de investimento da Baixa de Coimbra.

Esse fundo de investimento, juntará um conjunto de prédios que são da Câmara, da Metro Mondego, espero que as coisas corram bem, espero que a Metro Mondego diga sim, não queremos acreditar que isso não aconteça, certamente assim o vai ser e mais um conjunto de privados e nestes dois quarteirões em frente à Câmara até ao final de Abril julgo que estaremos em condições para ter o fundo de investimento constituído.

Se toda a gente der o seu consentimento e participar no fundo, se assim não o for demorará um pouco mais vai ser preciso expropriar alguns dos prédios.

Só para dizer que esta magna questão de Coimbra, que é recuperar o nosso Centro Histórico, continua a dar passos e que vai nos próximos meses dar passos muito significativos.

Também, não posso deixar de dar uma brevíssima alusão à questão do recenseamento geral da população e habitação dos Censos de 2011.

É da maior importância, como todos compreenderão para Coimbra todo o Território Nacional, podermos ter uma boa informação do que se passa no nosso território.

Naturalmente que o INE seguirá as fronteiras oficiais portuguesas a dita carta administrativa, não nos compete a nós tomar posição sobre isso e gostava aqui de apelar a todas as freguesias, a todos os cidadãos a todas as pessoas de Coimbra, para responderem da forma mais rápida, mais célere e o melhor possível, na maneira que esta informação que vamos recolher sobre o nosso território, tão importante até para tomarmos posições políticas sobre eles que seja feita com qualidade, esse apuramento como sabem vai ter, já no final do mês de Março.

Uma nota ainda, naturalmente o Executivo tem vindo a ponderar a questão da Empresa de Turismo, e levará naturalmente em conta, nos seus próprios trabalhos, nas suas próprias reuniões, esta recomendação que a Assembleia Municipal aqui nos faz, de maneira a que todos saibamos muito bem o que se ganha e o que se perde nas várias funções que estão em cima da mesa.

É bom que se tome essas decisões não olhando apenas ao que se está a ganhar mas também ao que se está a perder às vezes o que se perde pode também ser irremediável.

Vamos tentar fazer um trabalho, o mais sistematizado possível, de maneira a que seja claro, para todos os deputados municipais e para toda a Cidade se é, ou não um bom negócio acabar com a Empresa Municipal de Turismo.

Não tenho nenhum tabu sobre isso, já o disse aqui, e queria repeti-lo, vamos trabalhar todos, para nos esclarecermos mutuamente de maneira a tomarmos todos a melhor decisão para a Cidade.

Aqui tenho a certeza de que haverá um consenso significativo quando os dados forem claros para toda a gente. Qualquer que seja esse consenso, espero que possa vir a acontecer.

Outro assunto, foi aqui aprovada uma moção sobre a insalubridade de um prédio na Avenida Navarro. Confesso que é uma situação que me confrange já algum tempo. Nas minhas funções de vice-presidente tive uma reunião com aquele que era ainda o proprietário que entretanto vendeu. Quero adiantar que o novo proprietário já manifestou e já entrou um projecto aqui na câmara para recuperar aquele edifício, que está a ser analisado e nos garantiu que até ao Verão fará a extracção daquelas águas. Naturalmente aquilo tem que ser feito com condições de segurança.

Penso que vamos ver ali o mais depressa possível um edificio recuperado e com uma nova função útil para a cidade.

Por último, digo, estranhamente não houve nenhuma referência sobre o Metro Mondego, queria só dar conta muito rapidamente a esta Assembleia dos últimos desenvolvimentos desta questão, apesar de alguns deles serem públicos.

Reuniu já pela primeira vez, uma chamada Comissão de Gorduras, assim designada do ponto de vista político.

Uma Comissão de pessoas que tem como missão, até ao dia 16 de Março, apresentar um relatório, sobre onde é que se pode sem cortar no essencial, de fazer poupanças a curto prazo, penso que mais duas semanas e teremos esse trabalho pronto para uma parte do projecto.

A segunda parte e a calendarização definitiva, estará pronta até ao dia 16 de Abril. Gostava de dizer que as coisas continuam a decorrer o quanto era previsto.

Espero que contudo com a constituição do Fundo de Investimento aqui para a zona de atravessamento da Baixa pela Metro-Mondego, que nessa questão também não haja entraves da parte da Metro-Mondego, e o Governo faça aquilo que prometeu fazer, entregar os seus edificios nessas zonas a esse Imobiliário para que possa começar até ao fim do ano a trabalhar. Gostaria muito de ver até ao fim do ano de 2011 esta zona toda em obras.

Pessoalmente julgo é uma questão que temos de ver melhor na Câmara, que qualquer fosse o cenário, quaisquer que fossem os prazos em cima da mesa seria muito importante neste momento acabar com esta abertura do canal. Naturalmente para ser usado pelo transporte colectivo, mas julgo que neste momento é de facto inevitável e tudo faremos para que a Metro-Mondego e a Câmara juntas, consigam avançar com esse projecto também rapidamente.”

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2 - Contracção de empréstimo de MLP, pelo montante de 5,3 milhões de euros para financiamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco:

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O Partido Socialista vai votar a favor, deste empréstimo, porque ele se destina para se iniciar o Centro de Convenções, Espaço Cultural do Convento de S. Francisco.

Por isso, também sobretudo pela visão estratégica e futuro do Partido Socialista quando em 1983, Presidente na altura Dr. Mendes Silva, se arrojou a comprar aquele edificio.

Lamento porém, que até hoje preze embora o aumento de receitas de capital do IMI do IMT e as transferências do Orçamento Geral de Estado, lamento que até hoje não

tenha sido possível imprimir esta função mais atempadamente, que tenhamos que fazer tudo com verbas com recurso ao crédito a sua construção. Vem sei que é um esforço que a Câmara tem de fazer para beneficiar da comparticipação do QREN.

Por isso, dizia eu que a bancada do PS ía votar a favor do empréstimo, não temos nenhuma dúvida sobre isso. Mas queremos dizer que, sobretudo nos começa a preocupar o endividamento do município, em termos de futuro deixar para as gerações futuras a sua amortização e o seu pagamento.

Quero lembrar que nas contas que votamos aqui em 2010, o ROC colocou reservas no seu documento de prestação legal, alegou que omitiram responsabilidades em eventuais condenações nas acções judiciais, os jornais esta semana fizeram a divulgação de algumas, eu tenho conhecimento de outras porque certas empresas municipais participadas onde também entre elas se encontra a Empresa de Turismo não completaram as contas para verificação da sua conformidade, ou por outras diversas razões que aqui agora não importam.

Nas contas que aqui votamos em Abril de 2010, o passivo total aumentou 4,7 milhões de euros.

A dívida a médio e longo prazo cresceu para níveis superiores ao de Dezembro de 2006, seguramente da ordem dos cerca de 75.000.000,00€.

Todos os anos são contraídos empréstimos, a médio ou longo prazo, como a lei nos obriga, sejam eles a longo prazo ou a médio prazo a dívida mantêm-se a fornecedores.

Isto, ao mesmo tempo que a receita cresce, seja a dos impostos directos do IMI e do IMT como também das transferências do orçamento do Estado.

Também não se compreende, a razão da diminuição cerca de quatro vezes dos proveitos financeiros advindos das Águas de Coimbra, EM, pela utilização do domínio público concessionado.

Estas preocupações sobre o endividamento do município justificam que se requeira a seguinte informação:

1- Qual o montante da dívida da Câmara Municipal a médio e a longo prazo?

2- Qual o montante da dívida da Câmara Municipal a curto prazo não incluindo a de fornecedores?

3- Qual o montante da dívida a fornecedores?

4- Quais os resultados financeiros das empresas, em que o município tem comparticipação?

Qual a razão da diminuição em cerca de quatro vezes, do montante dos proveitos financeiros devidos pela concessão dos bens do domínio público às “Águas de Coimbra”?”

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

“Contracção de um empréstimo de Médio e Longo Prazo (MLP), pelo montante de 5,3 milhões de euros para financiamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco.

Iremos abster-nos nesta votação e não votaremos contra, porque queremos ser coerentes com a ideia de que este projecto do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco poderá representar um importante benefício para Coimbra e sua região, nos aspectos cultural, turístico e económico.

Apesar de reconhecermos a relevância deste empreendimento, não votaremos a favor deste empréstimo, porque consideramos que a difícil situação financeira e de elevado endividamento da Câmara Municipal decorre de opções manifestamente incorrectas no investimento público municipal nesta última década, designadamente na construção do Eurostadium. E, como em tudo, as opções erradas pagam-se muito caro.

Por último, declaramos que estaremos atentos ao processo de edificação em curso, bem como às opções futuras quanto ao modelo de gestão daquele espaço cultural, de modo a serem evitados desperdícios, apropriações privadas indevidas ou opacidades ilegítimas que ponham em causa o erário público e/ou o interesse dos cidadãos.”

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 7 de Fevereiro último, e nos termos do artigo 53º, nº2 alínea d) da Lei nº169/99 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções (sendo o total dos membros efectivos da Assembleia Municipal 64 e estando presentes no acto da votação 45 membros, pelo que votaram a favor 43 e abstiveram-se 2) aprovar a contracção do empréstimo de médio longo prazo, para financiamento do "Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco pelo valor total de 5.300.000,00 €.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 - 1ª Revisão ao Orçamento para 2011:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Gostava de saber a que diz respeito a esta primeira revisão do orçamento.

Já que nos documentos que me foram presentes, não foi junto a informação 266/2011 do Departamento de Gestão e de Recursos Humanos nem a cópia do ofício da Câmara Municipal de Coimbra 1787 de 14/01/2011 para a CCDRC e a resposta da CCDRC de 10/02/2011.

Porque o que temos aqui são meras intenções e nós não sabemos exactamente qual o conteúdo das alterações efectuadas.

Já agora, se não fosse maçada para alguém, gostaríamos de saber porque é que não tivemos direito à informação.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Nós aprovamos aqui o orçamento desta Câmara em 28/12/2010, apenas alguns dias depois os Serviços propõem a esta Câmara no dia 04/01/2011 uma alteração ao Orçamento que tinha sido acabado de ser aprovado. Ou seja, o que nós verificamos é que, de facto, esta Câmara não tem nenhuma capacidade de previsão. É lamentável que estejamos hoje aqui a votar já uma primeira alteração orçamental.

Quero dizer que a bancada do PS vai votar a favor desta revisão, e fá-lo porque há trabalhadores com o direito de receber as suas remunerações ou indemnizações, mas sabemos que para se pagar tem de estar dotado, também sabemos que se tem de ir buscar a algum lado, o PS também não quer ver que se deixem de fazer promoções devidas porque, entretanto, se vai buscar dinheiro a outro tipo de

rubricas, portanto tira-se de um lado e dá-se do outro. De facto, a proposta não nos diz também aonde é que vamos abrir esta nova rubrica que deveria ser apresentada para de facto em consciência nos podermos votar.

Por outro lado quero acrescentar, o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção referiu que hoje aqui ninguém falou sobre o Metro-Mondego.

Com muito gosto acabei de ouvir que a Câmara ía promover a abertura do Canal da Baixa, quero apenas lembrar que da rubrica do Metro-Mondego, ela não está suficientemente esgotada, fizemos uma revisão orçamental em princípio para o efeito, porque penso que a partir de agora nós temos que pagar para esse peditório, do Metro-Mondego.”

Intervenção do Presidente da Câmara

“O que estamos aqui a aprovar no fundo é a abertura de uma rubrica orçamental que não estava prevista no orçamento. Portanto, tem de ser em sede de revisão, não pode ser em alteração orçamental, essa nem vem à Assembleia Municipal. Portanto, não estamos aqui a autorizar coisa nenhuma, não estamos a autorizar nenhum pagamento, é evidente que a legalidade de qualquer eventual pagamento que se venha a fazer desta rubrica deste montante ou inferior a esse, essa é da responsabilidade da Câmara, naturalmente e que a Câmara assumirá se vier a verificar, a autorização não é o pagamento é a abertura de uma rubrica que não existia e não permite e que agora passa a permitir, mas a legalidade de qualquer pagamento não é uma coisa que comprometa nenhum membro desta Assembleia Municipal.

Será uma coisa que compromete, eventualmente se for mal feito, e comprometerá de qualquer forma a Câmara Municipal que virá ou qualquer membro com competência com funções atribuídas do Executivo que venha a tomar essa decisão.”

Pinto Ângelo deu resposta ao Presidente da Câmara:

“Não vamos estar aqui a discutir os reflexos jurídicos das decisões aqui tomadas.

Aquilo que posso dizer e devo dizer com toda a lealdade é que esta proposta que é aqui presente e que nos é pedido uma prenuncia sobre ela, não está devidamente fundada. E fundamentalmente não está fundada de elementos que a sustentam e que a justificam e que são aqui referidos em anexo, os deputados municipais, são eles que devem deliberar. Não estão em condições, por falta de fundamento, para tomar esta decisão, se a querem assumir esse risco assumem, se acham que o devem corrigir esse lapso estão a tempo é o que pedimos. O que se trata é que nós não sabemos como é que esta verba vai ser utilizada, o que sabemos é que quatro dias depois de ser aprovado o orçamento, vem agora ser proposta a sua revisão, por razões que desconhecemos.

Que terá razoavelmente toda a sua razoabilidade, são totalmente séria, ou honestas de que eu em abstracto reputo essenciais em concreto não me posso prenuciar porque não as conheço.

Quem decide tem de estar fundamentado, penso que o Senhor Presidente não toma nenhuma decisão sem estar fundado como é óbvio.

Assim também não será exigido a que nós a tomamos nas mesmas condições.”

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 21 de Fevereiro último, e nos termos do artº 53º alínea b) do nº2, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, deliberou com 37 votos a favor, 11 abstenções e 4 votos contra, aprovar a primeira Revisão ao Orçamento para 2011.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 - Concurso público para aquisição de serviços de limpeza interior e lavagem exterior das viaturas de transporte público de passageiros - SMTUC - despesa plurianual:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo:

“Mais uma vez, chamo a atenção, que a falta de informação que aos deputados é sucessivamente garantida tem de ser denunciada.

Independentemente de eu poder em abstracto, considerar que a aquisição de serviços de limpeza interior e lavagem exterior das viaturas dos transportes públicos de passageiros é razoável, mais uma vez, não posso por uma questão de crença ou de fé, votar uma proposta que é aqui feita sem ela estar devidamente fundada.

Mais uma vez, se propõe a abertura de um concurso, para a aquisição destes serviços, sem estar devidamente fundado, se há ou não melhores condições internas de se executar esses serviços, tem que haver no mínimo um esclarecimento técnico, uma proposta, um entendimento que diga não, vamos contactar estes serviços porque são mais proveitosos na gestão dos dinheiros públicos do que executá-los internamente.

Isto mais uma vez, é atirar para o tecto e tratando a Assembleia Municipal como entidade fiscalizadora e decisora de facto destas matérias, como se não tivesse nada a ver com os seus conteúdos.

E independentemente e em abstracto mais uma vez por em causa a necessidade a importância a razoabilidade, o que é de facto é que em concreto não está fundamentada esta proposta atira-se para o ar, para ver o que é que isto dá.

Confesso que esta pática tem de mudar, e até que a voz me doa, estarei eu a chamar a atenção do Executivo o tratamento que esta Assembleia Municipal merece.”

Intervenção do deputado municipal Maló Abreu:

"Naturalmente eu entendo que estão implícitas na proposta todas as considerações que o deputado Pinto Ângelo fez, que não havia alternativas, que esta é a melhor solução, que a solução é boa, que é a mais barata, que, que, que.

Obviamente, vindo da Câmara e considerando-a como boa, considero que estão implícitas, todas as condições que foram colocadas pelo deputado Pinto Ângelo."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 21 de Fevereiro de 2011 e ao abrigo do disposto nos nºs 1 e 6 do Artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aprovar com 43 votos a favor e 10 abstenções, a abertura de concurso público para aquisição de serviços de limpeza interior e lavagem exterior das viaturas de transporte público de passageiros - abertura de procedimento e respectiva repartição de encargos, pelo prazo de 24 meses, início a 01/07/2011 e com o limite máximo de valor contratual de

€256.000,00 (acrescido de IVA), com a seguinte repartição de encargos por ano económico:

- Ano 2011 – 64.500,00€ (Acrescido de IVA)
- Ano 2012 – 128.500,00€ (Acrescido de IVA)
- Ano 2013 – 63.000,00€ (Acrescido de IVA)

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 - 3ª Alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra:

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte:

"Este é um ponto em que manifestamente votaremos contra, por duas razões essenciais.

Primeira, é que efectivamente não nos é dado a perceber na linha daquilo que já foi apontado criticamente em relação às outras propostas, por outros elementos desta Assembleia, não há aqui nada que fundamente, falta aqui manifestamente documentos que nos permitam avaliar o que está em causa.

Mais, esta observação, que diz que as peças desenhadas sobre o processo se encontra para consulta no Gabinete da Assembleia Municipal, lamento dizer mas, recebi esta documentação toda há um dia atrás, ou seja na véspera.

Obviamente como trabalho, não tenho tempo de vir consultar as peças, por isso não posso votar este ponto favoravelmente sem saber o que está em causa.

Para além do mais, e já em coerência e não sabendo o que fundamenta esta proposta de alteração, e em coerência temos que votar contra até porque votamos contra o Plano Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro quando veio a esta Assembleia criticamos por estar ferida de um problema para nós grave que é, uma manifesta exagerada área de construção se a memória não me falha era à volta 500 ou 700 fogos que estavam previsto para a construção nesta área o que é manifestamente exagerado.

Tem sido uma crítica que nos temos feito justamente a esta expansão de mancha de óleo para a periferia, quando realmente o centro está às moscas e não há medidas para a sua reabilitação.

Por isso, votaremos contra."

Posto à votação a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 10 de Janeiro do corrente ano, deliberou com 50 votos a favor, 2 votos contra e 1 abstenção, aprovar a proposta da 3ª alteração (alteração por adaptação) do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº24/94, publicada no Diário da República, I Série-B, nº94, de 22 de Abril de 1994, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros nº62/97, publicada no Diário da República, I Série-B, nº88, de 15 de Abril de 1997 e pela deliberação da Assembleia Municipal de Coimbra, tomada na reunião realizada em 24 de Fevereiro de 2010, por força da entrada em vigor do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro, aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião realizada a 29 de Junho de 2010, e sua publicação no Diário da República, 2ª Série-Nº234-3 de Dezembro de 2010.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - REOT 2008 - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território;

Intervenção da deputada municipal Helena Freitas:

“Sobre este relatório queria dizer que vale a pena já agora aproveitar a oportunidade de chamar a atenção que vi neste conjunto de elementos que me enviaram um conjunto de propostas e de recomendações da Provedoria e Qualidade do Ambiente que me pareceram propostas muito importantes e a terem em conta de facto na gestão municipal.

Um dos processos que me pareceu bem fundamentado, é de facto a análise a este Relatório, também subscrevo a análise que foi feita pela Provedoria que tem alguma importância substancial e portanto, tem suficiente informação que permite descrever e apontar em direcções para melhorar este tipo de relatório. É evidente que este tipo de relatório responde a uma obrigação da própria lei, mas é qualquer coisa que caí aqui um pouco ambígua sem continuidade, sem carácter regular, é um primeiro relatório, é verdade que responde à lei, que nos promete fazer este tipo de exercício do estado do ordenamento e território é especialmente útil porque se está a trabalhar no Plano Director Municipal.

Gostava de dizer que de facto o diagnóstico é sempre recomendável, e portanto nesse sentido é um documento importante.

O diagnóstico deve aliás ser a peça essencial para permitir monitorizar e depois avaliar de forma a poder sustentar as orientações políticas estratégicas.

Eu diria por isso, que este diagnóstico é de certa forma pouco consistente, e estruturado para permitir os factos subsequentes, mas não quero ser demasiada pessimista gostava de facto dizer de uma forma muito pragmática.

É bom que se faça um diagnóstico que resposta a lei, nesse sentido é positivo, mas para que o diagnóstico sirva ao tal programa de monitorização, que depois, tem de ser colocado no terreno, que permita também fazer a necessária avaliação, que por sua vez sustenta as políticas na área do ordenamento do território, o diagnóstico tem que ter indicadores muito bem definidos e hierarquizados. Tem de ter metas realistas que possam de facto ser interpretadas pelo poder político, nesse sentido penso que há falhas. Mas como por outro lado é positiva a sua elaboração e a tentativa de responder a este documento a esta legislação eu fico-me pela abstenção relativamente ao documento. Mas querendo registar o valor e a pertinência da sua execução, mas por outro lado deixando a indicação que de facto é preciso fazer com muita clareza os diferentes sob temas que ele identifica e que a lei identifica um conjunto de indicadores que permitam ao poder executivo realmente torná-lo eficaz.

De outra forma temos um diagnóstico exaustivo, mas relativamente inconsistente e que acaba por não cumprir a sua função essencial que é fundamentar o processo de avaliação e as políticas subsequentes.

Nesse sentido, abstenho-me mas não querendo deixar de revelar satisfação pela produção do documento. Mas, realmente pedindo um pouco mais de informação, e de outra forma uma informação que seja perceptível para que, a sua aplicação seja mais fácil.

Portanto, a este documento proponho a abstenção mas não querendo penalizar futuras elaborações do mesmo documento.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Naturalmente não poderia deixar de fazer uma apreciação em relação a esta proposta que nos é aqui feita ao Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território.

É um instrumento para nós que pode assumir um grande impacto, para a determinação das prioridades.

Com efeito só na posse de elementos concretos que permitam saber de onde partimos e será possível determinar onde queremos chegar e sobretudo os caminhos para onde queremos seguir.

Estamos perante, uma iniciativa louvável, e meritória não só porque determinava os aumentos mas porque a execução representa de um acrescente positivo para uma prática diferente deste município de participação de estudo e de reflexão sobre as matérias que importam decidir.

Não podemos, no entanto, deixar de salientar o pauperrimotiming em que estas matérias são trazidas.

Um relatório como este, que se pretende que venha afundar eventuais processo de revisão do PDM, e acrescento eu, ajudará a definir com mais profundidade os objectivos determinados de um Plano Estratégico de Coimbra seja aprovado ou apreciado por esta Assembleia, no mês seguinte àquele Plano Estratégico foi apreciado.

Há de facto aqui, um desfasamento de Timing em matérias que podem claramente ser convergentes ou pelo menos que funcionam com grandes fontes de contactos, não faz sentido trabalhá-los de forma autónoma e de uma forma desintegrada.

Portanto, não encaixa, há que mudar e assumir uma visão integrada das várias abordagens de forma a torná-las úteis. Sobre pena, de vários grupos, várias entidades que se dispersem forças de forma inútil que resultados se perdem sem necessidade.

Por fim, deixar de considerar que este é um esforço inicial, não possa deixar também de avaliar que as propostas são curtas, todo o trabalho feito resulta de um conjunto de propostas curtas, muito pouco camarárias, e que carecem de um melhor desenvolvimento.

De facto só nós em Coimbra nos devíamos lembrar, de no Plano Económico, ressaltar como acções prioritárias, o fomento de novas práticas agrícolas.

Acho que dá um bocadinho da dimensão que a única proposta de intervenção do ponto de vista económico que resulta da apreciação dos quadros dos indicadores da varia reflexão que foi feita é a criação de novas práticas agrícolas, cujo mérito não nego, mas francamente não era tal da primeira prioridade sendo que, o Pólo de Antanho que pretendemos incentivar, a aposta na saúde em Coimbra francamente em Plano Económico, acho francamente que isto é curto, para não ser mais negativo.

Portanto, à que melhorar bastante, até porque seria importante encontrar novas formas de participação, que efectivamente acolhessem já outras propostas que,

circulam na sociedade civil em documento já aprovado por este município e que valia apenas tomá-las em consideração.

E só para ficar a saber, a partir de quando é que conta o prazo de dois anos para a revisão deste relatório?

Isto diz respeito teoricamente ao índice de indicadores relativos a 2008/2010, estamos a apontar para quando? Seria vantajoso no desenvolvimento e melhoria ter em consideração os resultados dos Censos que vão decorrer, mas também as propostas já delineadas do Plano Estratégico da Cidade de Coimbra que penso que tem muitas convergências, com que aqui está.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Quero explicar o porquê de votarmos contra este relatório.

Votamos contra, não por a natureza deste relatório por si, não pelos méritos que ele tenha, como decorre como já foi aqui salientado da lei, desconhecemos em absoluto o seu conteúdo, é por isso mesmo, não poderíamos fazer outra coisa senão votar contra, nem sequer abstermo-nos.

Gostava de perguntar, se todos os deputados receberam os documentos na segunda-feira à noite, um dia útil para se ler 400 páginas, isto é impossível.

Era um reparo que eu queria fazer, é que isto é inaudito, se cumprirmos a lei que está estipulado, mesmo assim, é apertado mas teremos algum tempo para analisar os processos, é este o motivo que votamos contra com uma sanção de procedimento, não propriamente pelo relatório porque não tivemos a oportunidade de o ler!”

Intervenção Presidente da Câmara

Quero deixar aqui uma palavra, percebo várias dúvidas, eu próprio relativamente há um ano atrás quando entendemos que deveríamos cumprir esta obrigação legal, de fazer um REOT, quase nenhum município em Portugal cumpre, quando o fizemos sabíamos que ia ser um trabalho muito incompleto, pela primeira vez, com dados dos censos de 2001, tudo isso, de facto, não eram as melhores condições, queria deixar aqui um apreço ao trabalho dos serviços, nesta matéria que pegaram nisto, e quase do zero, não há muitos casos para se poderem inspirar porque quase ninguém cumpre esta obrigação, produziram um primeiro trabalho, não é o melhor, não o é de certeza, mas, que nos vai permitir para 2011 já estamos a trabalhar nele fazemos um melhor trabalho. Agora já vamos ter Censo de 2011, já vamos poder aferir as estatísticas 2010, melhor.

Queria deixar aqui um cumprimento ao muito trabalho que deu aos serviços da Câmara, penso que vamos num bom caminho.”

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 10 de Janeiro do corrente ano, deliberou com 27 votos a favor, 2 votos contra e 16 abstenções, aprovar o REOT 2008 – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – sumário executivo e versão base.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 - Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho" - alteração ao Regulamento:

Para este processo, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 7 de Fevereiro último, deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos aprovar a alteração ao Regulamento Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho

Este regulamento dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 8 - European Portugal - cessação da participação da CMC:

Relativamente a este processo e sob proposta da Câmara datada de 20 de Dezembro de 2010, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos, autorizar a Câmara a cessar a condição de associada da European Portugal, com efeitos a partir de 2011.

Ponto 9 - ACMMM-Agência os Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - alteração de nome:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a alteração dos Estatutos quanto à designação da pessoa colectiva da Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, ACMMM, para Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, conforme proposta da Câmara Municipal.

Ponto 10 - Atribuição Medalha de ouro da Cidade ao Jardim Escola João de Deus:

Sob proposta da Câmara datada de 7 de Fevereiro último, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Jardim Escola João de Deus.

O deputado municipal Paulo Almeida fez a seguinte **declaração de voto**:

"Abstenho-me na votação do Ponto 10 da Ordem de Trabalhos — Atribuição Medalha de ouro da Cidade ao Jardim Escola João de Deus — da 1 sessão ordinária da Assembleia Municipal de Coimbra de 2011, realizada a 02 de Março de 2011, porquanto o texto que suporta tal proposta de deliberação não se cinge ao passado da instituição, sem dúvida louvável. No presente, muitas outras instituições de ensino desenvolvem junto das comunidades locais um trabalho que contribui para a valorização dos seus alunos e cidadãos, não se destacando a instituição Jardim-escola João de Deus das demais. Considerando que a atribuição da medalha de ouro destina-se a casos excepcionais, e uma vez que a excepcionalidade do passado da instituição não é garantia de um futuro excepcional (sendo que no presente não considero que se destaque das demais instituições), abstenho-me na votação na esperança de que um dia mais tarde possa vir a votar nova medalha pelo período entretanto decorrido, se for caso disso."

Ponto 11- Conselho Municipal de Segurança:

-Alteração do Regulamento:

-Eleição nos termos do artº4º do Regulamento Provisório de:

- seis Presidentes de Junta;**
- um representante indicado por cada grupo municipal;**
- cidadãos de reconhecida idoneidade:**

Previamente apresentada a alteração ao Regulamento mencionado em epígrafe foi o mesmo posto à votação o qual foi aprovado por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.

Do mesmo modo foi aprovada por unanimidade os nomes dos seis Presidentes de Junta; -um representante indicado por cada grupo municipal; e -cidadãos de reconhecida idoneidade, a saber:

Representantes da Assembleia Municipal no Concelho Municipal de Segurança

(Artg. 4º do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança)

Presidentes de Junta de Freguesia

Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês	Victor Manuel Martins Costa
Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz	António Pinto dos Santos
Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho do Bispo	Antonino de Moura Antunes
Presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu	José Carlos Santos de Almeida Clemente
Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes	Arménio Manuel Nabo Ferraz
Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas	Carlos Alberto de Sousa Ferreira

Representante de cada grupo municipal

Representante do Grupo Municipal "Por Coimbra"	Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Representante do Grupo Municipal "Partido Socialista"	Carlos Rogério Antunes Pinto
Representante do Grupo Municipal "Coligação Democrática Unitária"	Firmino Victor
Representante do Grupo Municipal "Bloco de Esquerda"	Serafim José dos Santos Duarte
Representante do Grupo Municipal "Pina Prata, Agora Sim"	José Manuel Torres Farinha

Cidadãos de reconhecida idoneidade e competência na área

Manuel Correia de Oliveira
Alvaro Santos Carvalho Seco
Paulo Luís Cunha de Almeida

Declaração voto de Serafim Duarte

Queria dizer que fui eleito para essa comissão desde que ela foi constituída, nunca fui convocado para nenhuma reunião. Isto é mais uma comissão que vai para o meu currículo das não consumadas.

E sendo 20.45 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.